

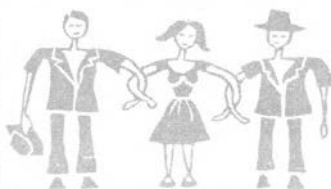
tempo e presença

publicação mensal do CEDI
número 189
janeiro/fevereiro de 1984

NO CONCLAT NÃO SE DIZ CUT?

Gilfgang Leo Maar

NÃO PASSARÃO!



Este selo representa o nosso
protesto contra a intervenção
militar na Nicarágua

1) MARXISMO COMO ERRAMENTA DE CRISTÃOS

Pedro A. Ribeiro de Oliveira

Terceira Parte

NICARÁGUA, NICARÁGUA!

Carlos Rodrigues Brandão

Morreu, mataram MARÇAL DE SOUZA

Rubem Thomaz de Almeida

Documento

Declaração do
Conselho Mundial
de Igrejas sobre
a fome no mundo

DA SEPARAÇÃO NECESSÁRIA À UNIDADE IMPRESCINDÍVEL

A criação da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil
Zwinglio Mota Dias

Curitiba, 2 de dezembro de 1983.

Resposta à carta do Prof. Dr. Newton

Senhor Redator:

Tempo e Presença (nº 186 de setembro de 1983) acaba de prestar inestimável desserviço à causa do ecumenismo como se ainda estivéssemos no início do século XX. À página 23, um pastor declara que a visão católica da Eucaristia é uma "superstição" e, à página 40, o presidente do Conselho Mundial dos Povos Indígenas afirma que o Papa "foi tão desonesto com o povo da Nicarágua que deve ser criticado". Na minha ingenuidade, eu nunca poderia imaginar que uma revista que se diz ecumênica pudesse veicular expressões desse calibre.

Permita que eu recorde, aqui, a frase lapidar de um pastor presbiteriano, referindo-se aos católicos: "Prefiro falar do que nos une a falar do que nos separa". Deve este ser o lema de publicações que queiram ser ecumênicas.

Muito grato e cordialmente,
Newton Freire-Mala

Muito oportuna a carta do Prof. Dr. Newton. Leu, digeriu e, como entendeu de um jeito, criticou. Mas, com todo o respeito, Rubem Alves não diz que a Eucaristia é superstição. O que ele afirma é que pensar que as palavras transubstanciam, isso é superstição. A própria doutrina católica não afirma que são as palavras que transubstanciam, mas a fé. Pela fé se crê que o pão é carne e o vinho é sangue. Não é um passe de mágica, é a metáfora transformada em princípio de fé.

Quanto à segunda observação, cabe lembrar que, para nós, ser ecumênico é dar apoio às propostas ecumênicas. Quais são elas? No campo religioso, o encontro de grupos divergentes em matérias de fé, mas que assumem um projeto de *unidade* a partir das aspirações comuns do povo.

Já foi superada, em parte, a fase do ecumenismo de cúpulas, bonito,

mas irrelevante. Celebrações comuns da fé não são um fim em si, só têm sentido quando servem para animar a caminhada.

Um segundo aspecto do ecumenismo se prende à união de forças diferentes quanto à proposta política, mas que podem fundir-se para objetivos comuns.

Ora, as atitudes do Pontífice na Nicarágua já foram motivo de observações e comentários nem sempre favoráveis em inúmeras publicações seculares e até mesmo católicas, como o caro professor já deve ter lido, e as críticas não são originais nossas (a própria entrevista tem autor que as assume). A nossa proposta ecumênica não implica uma aprovação a todos os grupos ou líderes políticos e religiosos, mas somente a grupos e líderes que, no nosso entender, servem *ecumenicamente* à caminhada do povo.

Ei! Cê sabe onde é que o Rubem Alves escreveu aquele texto jóia sobre ecumenismo? Foi no antigo SUPLEMENTO DO CEDI, foi agora no *Presença*, foi um Caderno, que ano foi? E o pior é que não me lembro se era mesmo do Rubem Alves, ou do Jether Ramalho?

ATENÇÃO LEITORES DAS PUBLICAÇÕES DO CEDI!

O Setor de Documentação do CEDI preparou uma bibliografia completa sobre tudo o que se publicou desde 1965 até 1983.

Pensamos que para você, assinante antigo, este catálogo pode ser extremamente importante pois facilita a consulta de sua coleção, *por assunto e por autor*.

Para os novos assinantes, esta é a maneira de pedir matérias que foram publicadas antes de que nos conhecesse.

A atualização da bibliografia, que tem o título

de **MEMÓRIA 6**: Publicações do CEDI 1965-1983 Levantamento Bibliográfico será feita *anualmente*.

Como o CEDI não tem fins lucrativos, recebemos seu pedido de envio do **MEMÓRIA 6** mediante doação de Cr\$ 4.000,00 para o Brasil e US\$ 8,00 para o exterior para fins de pagamento de taxas de correio e custos de papel e impressão mimeografada.

Envie seu pedido acompanhado de um cheque nominal ao Centro Ecumênico de Documentação

e Informação para:
Rua Cosme Velho, 98 Fundos
22221 - Rio de Janeiro - RJ

ATENÇÃO: Dispomos de apenas 150 cópias deste material que tem 101 páginas pois reúne 18 anos de publicações do CEDI! Faça seu pedido logo. Relembre os artigos que foram úteis e agradáveis. Releia o que ainda tem importância atual. O **MEMÓRIA** lhe dirá em que volume, em que número, em que página de que impresso encontra-se a matéria que você procura e já não se lembra mais onde está!

publicação mensal do CEDI
número 189
janeiro/fevereiro de 1984

Tempo e Presença Editora Ltda.

Diretor
Domício P. de Matos

Conselho Editorial
Elter Dias Maciel
Rubem Alves
Jether Pereira Ramalho
Heloísa Martins
Luiz Roncari

Composição
Prensa
Rua Cte. Vergueiro da Cruz, 26
Tel. 280-8507

Fotolito e Impressão
Clip — Rua do Senado, 200
Tel. 252-4610

Pedidos em cheques para
Tempo e Presença Editora
Caixa Postal 16082
22221 — Rio de Janeiro — RJ

CEDI
Centro Ecumênico
de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98 Fundos
Telefone 205-5197
22241 — Rio de Janeiro — RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone 66-7273
01238 — São Paulo — SP

Editores
Carlos Cunha
Luís Roncari

Copy Desk
Carlos Cunha

Revisão
Márcia Pimentel

Programação Visual
Anita Slade
Martha Braga

Produção Gráfica
Roberto Dalmaso

Assinaturas e Expedição
Valéria Carrera Roura
Vanderlei da Silva Gianoti

- 4 NO CONCLAT NÃO SE DIZ CUT?
Wolfgang Leo Maar
- 6 Entrevista
MENEGUELLI FALA DO
MOVIMENTO SINDICAL
- 7 CONCLAT PRAIA GRANDE:
O FIM DA UNIDADE
José Ricardo Ramalho
- 9 MORREU, MATARAM MARÇAL DE SOUZA
Rubem Thomaz de Almeida
- 12 Livros
- 13 Ponto de Vista
MARXISMO COMO
FERRAMENTA DE CRISTÃOS
Pedro A. Ribeiro de Oliveira
- 16 A ÁRVORE DO FUTURO
Rubem Alves
- 18 NICARÁGUA, NICARÁGUA!
Terceira Parte
Carlos Rodrigues Brandão
- 20 DA SEPARAÇÃO NECESSÁRIA
À UNIDADE IMPRESCINDÍVEL
Zwinglio Mota Dias
- 24 Documento
AS IGREJAS SE PREOCUPAM
COM A SITUAÇÃO DE FOME NO MUNDO
- 26 Bíblia Hoje
DAI-LHES VÓS DE COMER
Carlos Cunha
- 28 A SITUAÇÃO ATUAL DA BOLÍVIA
Alejandro Guachalla
Zoilo Yanapa

O Brasil não está longe de ser conhecido também como "o país da impunidade". Maridos ciumentos, corruptos e criminosos políticos encontram aqui seu paraíso. Para eles existe a lei, não a lei que pune e impede a repetição, mas a lei morosa que protege e embaraça a justiça. Para os ladrões de galinha que roubam para comer, pede-se hoje a prisão cautelar e outros instrumentos que agilizem a repressão policial. Até certos Governos eleitos pela oposição engrossam esse coro, mas para os crimes cometidos contra lideranças populares, tudo deve ser feito dentro dos passinhos curtos dos "trâmites legais", que levam a tudo, menos aos criminosos e seus mandantes. Parece que estamos diante de uma trama entre Estado e aparelho judicial, e vai ser preciso mais que o milagre das eleições diretas para desenlear. Para os que pensam hoje em conciliação ou em subir a rampa do Planalto para negociar, seria bom que levassem na pastinha os nomes de sindicalistas assassinados, como Wilson Pinheiro e Margarida Alves ou, agora, do cacique Marçal de Souza Guarani, e pedissem como CONDIÇÃO PRÉVIA o esclarecimento e a justiça desses crimes, antes de se iniciar o comércio.

NO CONCLAT NÃO SE DIZ CUT?

Wolfgang Leo Maar

Com a CUT de São Bernardo e o CONCLAT da Praia Grande, o movimento sindical está entre a cara e a coroa.

Pode parecer incrível, mas tanto na matemática do Delfim Neto, como na do movimento sindical: $21 = 25$ mais 30.

Desde, é claro, que seja 21 de julho, a greve que contou com o apoio de todas as forças organizadas do movimento sindical, e que balançou a estratégia do governo e seu arquiteto-mor, Delfim, e arrebatou de Teotônio Vilella a célebre frase: "O movimento dos trabalhadores é um gesto de soberania nacional"; 30 de setembro, dia de protesto organizado pelos setores do CONCLAT-Praia Grande que passou, senão em nuvens brancas, ao menos de um inosso cinzento, mesmo nas capitais mais adiantadas do Sul; e o 25 de outubro, abortada manifestação grevista programada pela CUT-São Bernardo. Por esta lógica tão realista quanto impiedosa da ação política, obriga-se ao encontro das duas formas de organização sindical nacional criadas em 1983. Elas precisam confluir na prática para se delimitarem como interlocutores do Planalto, e portanto, da própria política de acumulação e administração do capital internacional.

Como as duas faces da mesma moeda, CUT e CONCLAT constituem no presente cunhagens distintas de uma mesma medida que baliza o interesse maior, a capacidade em conferir a dimensão necessária à mobilização popular para que passe o difícil umbral que separa a manifestação social coletiva da expressão política das massas. Política que implique uma perspectiva de poder real, indiscutível e irremovível. As duas facas se reúnem pela

substância, pelo peso, avalista da capacidade de se tornarem os trabalhadores e as camadas despossuídas da população em interlocutores efetivos das elites que ocupam — desde sempre — o aparelho de Estado. Para o momento não há — feliz ou infelizmente — como deixar de assumir ambas as organizações sindicais nacionais como igualmente necessárias, com o peso dos cinco mil participantes reunidos em cada uma. Sabendo disto, tanto a CUT como o CONCLAT cuidaram em se manter abertas à integração e ampliação práticas, estruturando-se como "coordenações" e não como entidades presidencialistas, com cargos definidos que criariam obstáculos a iniciativas conjuntas.

O que confere poder de interlocução à mobilização social dos trabalhadores não surgiu de mentes iluminadas e bem intencionadas. Desenvolveu-se a partir da história recente do próprio movimento das massas dos não proprietários dos meios de produção, sejam eles os setores da força de trabalho, dos contingentes populares que superpovoam miseravelmente o país desfigurado pela barbárie capitalista e dos próprios setores médios à mercê da perspectiva do empobrecimento e da marginalização progressiva e avassaladora. Este movimento social levou à identificação, ainda que casuística, da prática do Jair Meneguelli e do Joaquinção, de José Francisco, da CONTAG, e Arnaldo Gonçalves, de Santos, de João Paulo Pires de Vasconcelos, de Minas, e Paim, do Rio Grande do Sul. As massas, em seu interesse de classe, impuseram o critério; coube às forças organizadas medir e se adequar como representação da própria vida sindical. Quem ainda não aprendeu esta lição corre o risco de ser cacique sem índio. E hoje o que vale mesmo são flechas e não cocares.

De resto, a mesma referência que reúne também distingue. Cabe ver como esta questão — as diferenças entre CUT e CONCLAT — se relaciona, mais uma vez, com a própria história em curso no movimento social. A experiência da participação tanto na CUT como no CONCLAT me obriga a este relato. Confesso, primeiramente, que por duas vezes fui "delegado" sem qualquer relação com a polícia. Cinco mil participantes de todo o País, reunindo peões e professores, engenheiros e bóias-frias, funcionários públicos e sindicalistas, constitui um belo exemplo de convivência democrática, com um profundo papel pedagógico que cala fundo na própria transformação das consciências individuais. Onde se pode ver um médico discutindo em pé de igualdade com seu cliente ou aquele que nem tem INPS, o que é melhor para ambos em face da conjuntura brasileira, do FMI, dos salários? Num país em que impera uma dessocialização alarmante, em que o governo tudo faz para individualizar o alvo de suas manobras, para diminuir a capacidade de reação das pessoas, estas reuniões nacionais com caráter organizativo oferecem uma perspectiva valorosa e dignificante.

Restaura-se a política como tradução da manifestação da base social. Isto é uma novidade entre nós, acostumados a enxergar a política apenas como resultado da ação do poder instituído, um prolongamento dos tentáculos do seu arbítrio sobre o cotidiano.

Seria precisamente esta incorporação da prática autoritária, manipuladora, da política como emanção do poder e não como forma de chegar a ele, arraigada na história do Brasil, que explica a diferença entre Praia Grande e São Bernardo. Aqui, onde as relações de dominação entre as classes é

extremamente forte, mas a identidade própria das mesmas sempre foi débil, nos acostumamos a ver no Estado o agente neutro da política, a que caberia portanto articular os interesses de cada setor da sociedade. O que fica cada vez mais claro, porém, é que o Estado já nem sequer assume a máscara da neutralidade, deixou cair a carapuça, agindo sempre contra os interesses dos trabalhadores, e impregnando assim sua própria estrutura, necessariamente, de corrupção, manipulação, mentira e arbitrariedade. O que há de negativo no Estado e no conjunto de sua máquina é estrutural:

não adianta apenas submetê-lo aos nossos interesses, há que transformá-lo concomitantemente.

Isto define uma prática política, e por esta prática se separa inevitável e irrecuperavelmente a CUT do CONCLAT, como a cara da coroa.

Na Praia Grande se pretende lutar dentro da estrutura sindical, sustentada pelo Estado e emanada de seu poder, para controlá-la. Em São Bernardo se luta pelo controle do movimento sindical sem se ater a sua estrutura formal, repousando somente na legiti-

midade da sua representação a partir dos interesses dos trabalhadores, e não conforme os ditames legais de seu associacionismo. Isto é demonstrado pelo próprio artigo regimental que distinguiu a convocação dos dois congressos: na Praia Grande se rejeitou o "artigo 8.º" do regulamento que permitia a participação das associações de trabalhadores fora da estrutura sindical oficial, desde que legítimas e sem paralelismos, que se sustentou na CUT. O CONCLAT, ao contrário, seria convocado principalmente pelas confederações e federações oficiais.

A ação apenas no interior da estrutura oficial facultava graves desvios na prática política, confundindo-a com o exercício do poder de quem tem a máquina na mão, funcionários sob suas ordens, dinheiro para se mobilizar, possibilitando a manipulação e a corrupção. Já agindo sem o respaldo exclusivo da estrutura, a prática depende enormemente do êxito da mobilização, só pode contar com os próprios pés de esforço organizativo para conquistar dividendos políticos. Esta diferenciação pode ser formalmente simplista, mas constitui a raiz de fato da questão.

Não foi à toa que cassaram as diretorias e se interveio numa grande parte dos sindicatos que se mobilizaram para o 21 de julho, para restringir sua ação institucional — todos eles promotores da CUT. E mesmo assim, na recente greve dos metalúrgicos do ABC, por exemplo, o sindicato foi representado legitimamente pela sua diretoria cassada: este é o poder assentado na política; por isto no CONCLAT nem se diz CUT, para não valorizar a alternativa.

De um lado, a face cunhada com a coroa, símbolo do Estado, ligação com a instituição, que confere poder à medida, legitimando-a pela procedência. Lutar dentro do sindicato, conquistando-o, admitindo, portanto, sua estrutura dada como único espaço para a política.

Do outro lado, a cara limpa, que significa apenas o poder real de troca do peso da moeda no mercado dos interlocutores políticos. O próprio movimento da conjuntura econômica, inflacionando o mercado, desvaloriza o poder público, desmoralizando-o em face do poder de troca: no auge da

No CONCLAT, o sindicato, tal como existe, é o ponto de partida.



Para a CUT, o sindicato é algo ainda a ser construído, autonomamente em relação ao Estado.



inflação dos anos 20 na Alemanha, o dinheiro mudava tão rapidamente de valor que, por economia, era impresso só de um lado, conforme o que valesse naquele dia. Dispensava-se a coroa. Ainda não chegamos a tanto, mas estamos a caminho. E o que acontece com o dinheiro, também ocorre com a representação do movimento social: os sindicatos passam a valer não conforme seu aspecto formal e legal, mas de acordo com o peso real que implicam enquanto mobilização e organização legítima na sociedade e em relação ao Estado e à sua política.

Diferentemente da Praia Grande, em São Bernardo ainda é preciso balançar para fazer as ondas. Ou seja, no CONCLAT, o sindicato, tal como existe, é o ponto de partida; pela concepção da CUT, constituiria o resultado, algo ainda a ser construído, autonomamente em relação ao Estado.

Não há como evitar a conclusão, por menos desejada: é muito difícil fazer a moeda ficar em pé, ela sempre cai

com a cara ou a coroa para cima. E mesmo que isto acontecesse, a face vista dependeria do lado em que nos posicionássemos. Com a vantagem de se poder mudar de lado; e para isto é possível se basear em critérios bastante concretos, como as cassações, as intervenções, as demissões de sindicalistas e toda a história progressa da atuação dos mesmos, e dos organismos a que se vinculam. Quem não conhece Lula e Ari Campista?

O que se pode afirmar é que de um lado da moeda — e do movimento sindical — a imagem é sempre a mesma, ainda que a coroa figure em tamanhos diferentes, e quanto mais avançamos, mais opressora e cinza se torna. Do outro lado, com o tamanho, muda também o valor, somando-se, dando à quantidade qualidades distintas, aumentando o poder de barganha frente ao interlocutor adversário.

De qualquer forma, além das perspectivas práticas que se impõem no mo-

mento, restarão muitas indagações: será possível uma moeda sem coroa? Em outras palavras, será possível esta autonomia pretendida do movimento social sem criar necessariamente novas instâncias superestruturais que afoquem numa nova instituição as suas perspectivas?

É bem verdade que não há por que pensar nisto por ora, mas firmar-se no cotidiano atual, enfrentando seus dilemas de acordo com as certezas precárias fornecidas no dia-a-dia da prática política. Ainda valem muito pouco, e a maioria dos bolsos sequer faz tlim-tlim. As moedas pouco se somam. O negócio é meter a cara, que é em que podemos mexer agora, para ver como fica a coroa. Se o mar não tem onda, é preciso balançar... E discutir.

Wolfgang Leo Maar participou como delegado da diretoria da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior dos Congressos de São Bernardo e da Praia Grande, é professor da Universidade Federal de São Carlos e autor de "O que é política?", da Brasiliense.

entrevista

MENEGUELLI FALA DO MOVIMENTO SINDICAL

Encontramos JAIR MENEGUELLI às 5h30 da manhã, sexta-feira, dia 2 de dezembro. O cenário era a porta de uma das empresas metalúrgicas de São Bernardo — Fris Moldu Car. Jair dirigia a assembléia que decretou mais uma greve de um ciclo que se iniciou a partir de 8 de novembro com a greve da Ford contra o reajuste imposto pelo novo decreto salarial 2065. A diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema está cassada pelo governo, mas continua sendo reconhecida pela categoria e involuntariamente pelos patrões, quando estes são obrigados a negociar com os grevistas novos acordos salariais. Jair assumiu a Coordenação Geral da CUT, mas continua nas portas de fábrica e dirigindo, como antes, as lutas dos metalúrgicos de São Bernardo. Logo após a assembléia, na porta da Fris, fomos à sede do Fundo de Greve, uma pequena sala em frente do sindicato sob intervenção, onde fizemos esta entrevista.

Aloízo Mercadante Oliva e Nilde Balcão

Aloízo: Qual o balanço político do movimento sindical brasileiro em 1983?

Jair: Olha, na verdade, o movimento sindical, embora tenha tido no ano de 83 algumas lutas específicas de algumas categorias, eu afirmaria que o mais importante foi a fundação da Central Única dos Trabalhadores, em agosto. E, embora exista uma grande divergência no movimento sindical, com concepções diferentes, tenho a certeza de que a Central Única dos Trabalhadores proporá sua unificação. E, quando digo unidade do movimento sindical, digo dos trabalhadores, e não puramente das cúpulas. Então, a CUT terá um papel fundamental na própria transformação da sociedade brasileira.

E como é que você avalia a greve geral do dia 21? Qual a importância política dessa greve geral e como você avalia o fato da CUT ter desconvocado a greve de 25 de outubro?

Olha, primeiro, quando a gente fala em greve do dia 21, a greve geral, que embora não tenha alcançado as proporções desejadas, nós não podemos deixar de falar que essa greve foi iniciada a partir dos petroleiros de Paulínia, no dia 6, acompanhado pelos com-

panheiros do ABC, também no dia 6 e 7, e que causou uma motivação e despertou uma necessidade no movimento sindical de realização da própria greve, no dia 21. E, graças a isso, conseguimos com que vários setores no movimento sindical assumissem uma greve, de que não era mais uma greve puramente com reivindicações econômicas. Daí a sua importância, porque era uma greve que questionava o poder, questionava a política econômica desenvolvida por esse poder. Evidentemente, com relação à greve adiada do dia 25, que tinha sido marcada pela direção da Central Única dos Trabalhadores, nós não podemos deixar de lamentar o trabalho. Eu não diria que foi um trabalho errado, mas foi um trabalho, talvez, muito centrado apenas num ponto, em uma das reivindicações que tinham sido formuladas no próprio Congresso, que era o Decreto-Lei 2045. Porque nós temos que colocar claramente aos trabalhadores, e em geral ao povo brasileiro, que o trabalhador brasileiro é um tanto quanto economicista, ele é um tanto quanto imediatista, e, evidentemente, por isso é que o trabalho foi feito mais em cima do Decreto-Lei 2045, que era uma questão econômica, era uma questão que decidia sobre o que ele iria poder comer no dia de

VAMOS UNIDOS

CONCLAT PRAIA GRANDE

O FIM DA UNIDADE

José Ricardo Ramalho

Agradecimentos a Jorge Luiz Jardineiro, do Setor de Documentação do CEDI.

Mais de quatro mil trabalhadores de todo o Brasil lotaram as dependências da avenida dos Sindicatos, na Praia Grande — SP, nos dias 4, 5 e 6 de novembro de 1983, para mais um Congresso Nacional da Classe Trabalhadora. Como em todos os eventos desse tipo realizados nos últimos anos, o CONCLAT Praia Grande também foi marcado por uma enorme animação por parte dos trabalhadores, que aproveitaram todos os momentos para manifestar sua alegria de estarem juntos, e demonstrar sua força e seu poder de mobilização.

Com relação aos participantes, é inevitável uma comparação com o CONCLAT de São Bernardo. O CONCLAT Praia Grande, pode-se dizer, destaca-se pela evidente predominância de delegados ligados à atual estrutura sindical, dominada pelas Confederações, Federações Nacionais e Regionais e presidências de sindicatos. Eram 1.200 sindicatos representados contra 800 em São Bernardo. Nesse sentido, não se pode negar representatividade ou mesmo legitimidade ao CONCLAT Praia Grande, mas pode-se dizer que o Congresso confirmou uma marcada tendência de parte dos atuais dirigentes sindicais brasileiros de atuação através da estrutura sindical vigente, ocupando cargos e

amanhã. E já alguns dias, antes até desse decreto ser apreciado no Congresso, já se tinha como favas contadas a própria derrubada dele. Daí não termos conseguido atingir um pique de greve, como o pique de greve ocorrido no dia 21 de julho. Então, achamos por bem recuar, porque a proposta de greve geral tem que ser muito trabalhada, e nós não podemos nos dar ao luxo de uma greve geral vir a fracassar, com o risco de desgastarmos essa palavra de ordem, que, na minha opinião, é uma das palavras de ordem mais fortes e mais importantes, e nós teremos que concretizar isso o mais rápido possível.

Quais as divergências principais hoje no movimento sindical? O que há de diferente entre a Central Única dos Trabalhadores e a Confederação Nacional da Classe Trabalhadora eleita em Praia Grande?

Aí eu poderia citar apenas uma divergência, que na minha opinião é a divergência de fundo. Evidentemente, apareceram discussões sobre vários aspectos, até na formulação do próprio regimento, de critérios de participação de um Congresso de trabalhadores, como a participação de Associações. Mas a questão fundamental, a questão principal,

que levou a esse, eu diria, "racha momentâneo dentro da cúpula do movimento sindical, é que tem duas concepções muito claras, ou seja: uma parcela do movimento sindical, na qual eu me incluo, evidentemente diminuta, sempre lutou e vai continuar lutando para a ruptura definitiva com a estrutura sindical vigente. Uma CUT, uma *Central Única dos Trabalhadores* que não seja atrelada ao Estado. E há uma concepção, que ainda é uma maioria dentro do movimento sindical, que entende, isso não foi dito por mim, foi dito pelos próprios companheiros dessa outra concepção, que entende que deva permanecer a estrutura sindical, e na verdade queria formar uma Confederação das Confederações existentes, acreditando na possibilidade de ainda se trabalhar por dentro dessa estrutura atrelada ao Estado. Essa é a grande divergência que ocorre hoje no movimento sindical.

O que você deixaria como mensagem aos trabalhadores brasileiros para este ano de 1984? qual é o seu grande sonho para a classe trabalhadora brasileira neste próximo ano?

Olha, a minha mensagem é muito simples. Embora esteja sendo lançada hoje a nível de Brasil, e



Meneguelli: na CUT, mas também na porta da fábrica

eu acredito que a classe trabalhadora poderá impulsionar essa campanha, fazer com que se concretizem as eleições diretas para Presidência da República; porque eu julgo ser um dos passos importantes para concretização da própria democracia no Brasil. Mas a mensagem que eu gostaria de dar aos trabalhadores, para que se conscientizassem da im-

portância de se organizarem a partir de seus sindicatos, das suas associações de bairros, porque, na minha opinião, eu entendo que a única forma de transformarmos essa sociedade, a única forma de conseguirmos deveres e direitos iguais para todo o povo brasileiro, é a própria organização da classe trabalhadora.



Plenário: unanimidade em quase tudo

procurando dentro desse limite manter uma política em defesa do trabalhador, embora preocupada em não perder espaço, em não questionar mais abertamente as estruturas em que estão montados.

Esta tendência ficou evidente na composição da comissão organizadora do CONCLAT: eram todos velhas lideranças, a maioria dirigindo órgãos nacionais e estaduais como Confederações e Federações há vários anos, demonstrando na própria condução dos trabalhos os mesmos vícios de quem já está sedimentado nessa estrutura de poder. Não é possível negar-lhes importância nem supor que sejam iguais politicamente, mas também deles não é possível esperar questionamentos à atual estrutura sindical.

Foi importante para a legitimidade do Congresso a enorme participação dos trabalhadores rurais (55%) trazidos pela CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura) e chefiados por seu presidente, José Francisco. A CONTAG montou uma eficiente infra-estrutura para receber e alojar bem seus trabalhadores, além de orientá-los para as discussões e votações. Aliás, se havia alguma dúvida quanto ao posicionamento da CONTAG no que diz respeito às opções do movimento sindical hoje, esta desapareceu neste evento. Há razões históricas e políticas para isso, mas o fato evidente é que a CONTAG sente-se melhor, mais à vontade, dialogando com as posições mais conservadoras do movimento sindical, embora em alguns estados, como Pernambuco, mantenha uma linha de atuação extremamente combativa e desafiadora.

Os partidos políticos marcaram suas presenças através de deputados do PMDB e representantes do PTB. Joaquim Andrade, o Joaquinzão, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e membro do PTB, aproveitou a oportunidade histórica para se desligar publicamente do partido, por ter este fechado questão a favor do decreto salarial 2065.

UM FINAL SEM CONFRONTOS APARENTES

Num plenário, com poucos jovens e forte presença masculina, a condução dos trabalhos foi tranqüila, mesmo porque surgiram poucas contradições para serem resolvi-



A estrutura sindical amplamente representada no CONCLAT

das pela massa dos delegados. As contradições, pelo que se podia perceber nas conversas informais, foram todas resolvidas nos bastidores, num forum bem menor, composto basicamente pelas lideranças das forças políticas interessadas em interferir nos destinos e nos cargos de um órgão nacional que se esperava fosse criado ao final do Congresso. A reunião plenária final foi, portanto, uma manifestação quase total de unanimidade. As poucas dissensões ficaram por conta de uma barulhenta, embora numericamente diminuta, bancada de sindicalistas ligados às idéias do jornal Tribuna da Luta Operária que no início ainda discordava de algumas ênfases adotadas na discussão do documento final. Foram, no entanto, largamente derrotados em quase todas as propostas, principalmente pelos sindicalistas ligados às idéias do jornal Voz da Unidade e Hora do Povo.

Apesar de a todo instante haver referência à necessidade de unidade no movimento sindical, os discursos apresentaram até um certo sectarismo nas condenações à CUT e à forma como foi organizado e financiado o CONCLAT de São Bernardo. A retórica da unidade não correspondia aos encaminhamentos propostos nos debates e nos documentos.

Por fim, para culminar a realização do Congresso, criou-se uma entidade de caráter nacional chamada CONCLAT (Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora), composta por quase uma centena de sindicatos e federações regionais de todos os estados do Brasil, além de ter como membros natos, representantes de todas as Confederações e Federações Nacionais presentes.

A criação da CONCLAT concretiza a organização em caráter nacional de uma determinada posição do movimento sindical hoje. Na verdade, a CONCLAT criada tem o mesmo status da CUT e assume uma posição de força e enfrentamento com o que foi criado em São Bernardo. Resta saber se diante desse quadro vai ser possível um grau mínimo de entendimento para realizar conjuntamente algumas lutas fundamentais para todos os trabalhadores brasileiros.

José Ricardo Ramalho é professor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, assessor do CEDI e esteve presente no CONCLAT da Praia Grande.

Morreu, mataram MARÇAL DE SOUZA

Rubem Thomaz de Almeida

O brutal assassinato de Marçal de Souza chocou todos nós. Neste artigo, Rubem Thomaz de Almeida fala de Marçal, de sua vida e de sua luta por seu povo.

Em circunstâncias covardes, criadas e planejadas por seu assassino, morreu Marçal de Souza (25/11/1983). Marçal era índio Guarani-Nandeva, cujo grupo familiar emigrou do Paraná, passou pelo Estado de São Paulo e, no início deste século, veio fixar-se nas proximidades dos rios Brilhante e Dourados, onde nasceu (24/12/1920), cresceu e viveu toda sua vida. Sua trajetória de vida é peculiar. Talvez mais do que qualquer outro Guarani contemporâneo, Marçal dominava com segurança admirável o código e os valores dos homens brancos, com os quais era obrigado a tratar, e a cultura e valores de seu próprio povo. Essa capacidade canalizada para a luta, que durante toda a vida devotou em favor de sua gente, teria motivado os criminosos, mandantes e executores, a cometerem o crime.

UMA VIDA DEDICADA

Marçal foi uma das pessoas que mais auxiliou a implantação da missão evangélica que há mais de cinquenta anos atua no Mato Grosso, hoje do Sul, e que assiste os índios na área de saúde e educação. Aí aprendeu a profissão de atendente de enfermagem que praticou até o final de sua vida. Enquanto “índio crente”, perspicaz e inteligente, viajou muito e em muito contribuiu para a manutenção e ampliação da missão à qual devotou fidelidade durante anos. Marçal parecia acreditar, naquela altura de sua vida, que era nesta entidade, pioneira no auxílio aos índios da região, que estaria um caminho seguro para seu povo. Empenhou-se no seu fortalecimento. A experiência com os missionários, conforme ele próprio reconhecia, possibilitou-lhe o conhecimento “por dentro” do mundo do branco, o que lhe teria dado elementos para enfrentá-lo e combatê-lo. Por diversas vezes, contudo, deixou indicado ter cometido, se não um engano, um encaminhamento no qual não mais acreditava. Posteriormente, com efeito, afastou-se daquela missão.

Foi então contratado como atendente de enfermagem da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Os problemas com esta entidade não foram poucos nem menores que os que teve com a primeira. Nos anos que antecederam sua morte, Marçal não poupava críticas consistentes e fundamentadas tanto a uma como a outra sem, no entanto, desconsiderar a necessidade de seus serviços. Entendia que deviam dar mais atenção ao índio, escutá-lo mais, fortalecer seus líderes, deixá-los caminhar seus próprios passos. Era sobre seu

próprio povo, sobre os líderes de sua gente que depositava, no final de sua vida, a esperança para os Guarani.

Nestes últimos anos Marçal conviveu intimamente com o conflito. Em 1974/75, como funcionário da FUNAI, enfrentou sérios problemas na aldeia de Dourados onde trabalhava. Naquele tempo implantou-se ali uma política com a qual não concordava. Em função de problemas existentes entre índios Guarani e Terena, chegou a ser agredido e, sem sequer poder ver sua família, levado para Campo Grande em abril de 1975. Explicitou com veemência sua discordância frente às iniciativas e encaminhamentos feitos pela FUNAI em relação ao problema criado na aldeia. Foi considerado “subversivo” e “revolucionário”; muitos alegaram que estivesse sendo influenciado por terceiros, indicando descrença na sua capacidade de pensar e reivindicar. Foi transferido para a aldeia de Caarapó, a cinquenta quilômetros ao sul de Dourados, onde se depara com irregularidades — venda de madeira e de gado — praticadas pelo chefe de posto que lá estava. Posteriormente, as irregularidades que apontara seriam comprovadas e aquele mau funcionário exonerado. Mas Marçal já tinha sido transferido para a Casa do Índio em Campo Grande onde esteve por cinco ou seis meses. Em 1978 sofreria sua derradeira transferência de lugar de trabalho. Foi atender à comunidade de Mbarakaju, composta por oito famílias Guarani-Kaiowá (perto de quarenta pessoas), incrustadas em 242 hectares, junto ao povoado de Campestre, no município de Antônio João, no MS. Continuou sua luta. Aliando-se a alguns “civilizados” preocupados com a sorte da comunidade indígena vizinha, vinha desempenhando esforços junto a funcionários do INCRA no sentido de conseguir 200 hectares para os Kaiowá, em área contígua aos lotes que conformam Campestre. Nestas gestões, segundo alegava, não recebeu apoio da FUNAI. Também não foi atendido quando solicitou a fixação de um chefe de posto para os Kaiowá, o que poderia minimizar a animosidade que parte dos regionais devotam contra aqueles índios.

Todos os problemas enfrentados por Marçal em sua pertinaz e obstinada labuta em favor de seu povo tornam-se mínimos se comparados com a questão da terra de Pirakua. Esta ceifou-lhe a vida. Pirakua é outra comunidade Guarani-Kaiowá, distante aproximadamente quarenta quilômetros de Campestre. Trata-se de uma área de pouco mais ou menos 1.600 hectares ocupada por 150/200 indígenas. Localiza-se à margem do piscoso Rio Apa, marco

norte do território Guarani tradicional; possui mata exuberante e muita caça, constituindo-se lugar ideal para *habitat* Guarani. Ao lado de Pirakua, no entanto, está a Fazenda Serra Brava cujo proprietário, Astúrio Monteiro Lima, demonstra há anos uma incontida cobiça de possuí-la. É sobre este senhor que recaem as suspeitas de ser o mandante do atentado fatal contra Marçal. A este os índios de Pirakua recorriam quando sofriam pressões de jagunços da Serra Brava, seja porque era o funcionário da FUNAI mais próximo, seja porque sabiam que ele lhes daria apoio.

OS ASSASSINOS

As pessoas que acompanharam as investigações sobre o homicídio puderam verificar a existência de inúmeros indícios apontando para o referido fazendeiro. Não foram poucos os testemunhos nesse sentido. Alguns, mais corajosos, foram enfáticos; outros, assustados e amedrontados, foram discretos. Outros, ainda, foram claros ao apontar diversas tentativas de pagamento a regionais para que expulsassem os índios que ocupam Pirakua. Testemunho maior, porém, foi o do próprio Marçal. Muitas pessoas ouviram as queixas que vinha fazendo, meses antes de sua morte, em relação às ameaças que recebia de indivíduos ligados aos interessados em Pirakua. Semanas antes do crime recebeu a visita de um regional que lhe ofereceu 5 milhões para interceder junto aos Kaiowá de Pirakua para que abandonassem as terras. A cifra seria ampliada caso Marçal se dispusesse a “ir à Fazenda” para receber o dinheiro. “Minha honestidade não tem preço” teria respondido, recebendo nova ameaça de que “iria se arrepender” por sua atitude. Foi, efetivamente, uma coincidência incrível que, dias depois, Marçal recebia a visita de dois indivíduos que o mataram sem deixar-lhe qualquer possibilidade de reação ou defesa.

CRIME PREMEDITADO

Chegaram à noite, entre 20 e 21 horas. Marçal dormia em seu “rancho”, construído por ele próprio a poucos metros da enfermaria que a FUNAI colocara à sua disposição para atendimento dos índios — uma enfermaria ampla, de quatro peças, construída em madeira e mobiliada. Dormia no chão como costumava fazer e como costuma fazer grande parte dos Guarani da região. Os criminosos postaram-se em frente de Marçal e pediram-lhe remédio para malária. Ainda deitado respondeu que não tinha aquele remédio. Ao esboçar um gesto para levantar-se, o assassino enfocou seu rosto com uma lanterna que trazia em uma das mãos. Na outra trazia um revólver com o qual desfechou-lhe cinco tiros mortais. O primeiro impacto fez com que Marçal caísse de bruços no chão, possibilitando que o assassino atirasse por mais quatro vezes em suas costas. As balas perpassaram seu corpo. Cinco dias depois do crime ainda era possível ver as marcas deixadas pelas balas na terra.

Crime premeditado. Planejado. Realizado por entendidos, segundo especialistas no assunto, e não por índios. Como norma em casos de homicídio, a primeira pergunta feita pelo policial especialista é: “A quem interessa o crime?”. Muitas hipóteses foram levantadas. Que teria sido em decorrência dos problemas internos da aldeia de Dourados

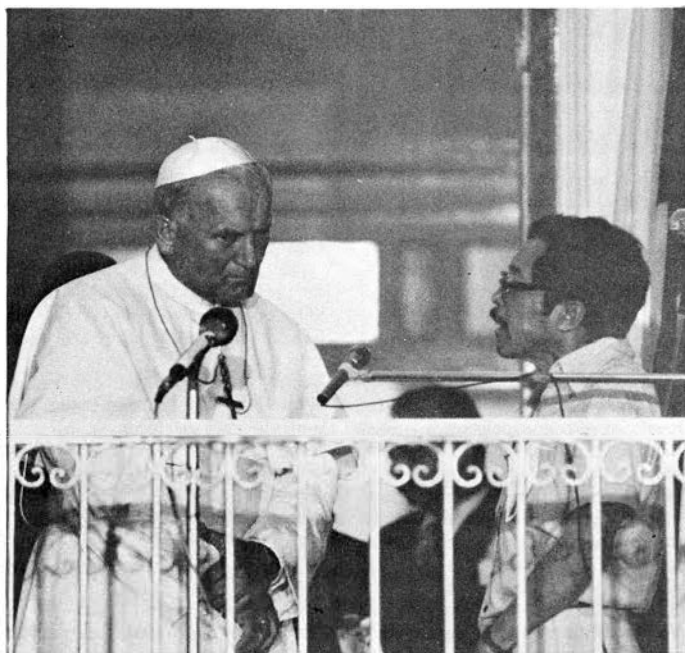
que, com efeito, não são poucos, e aos quais Marçal estaria ligado. Que teria sido praticado por um índio de nome “João”, apontado como alcoólatra inveterado, perambulante, mas que quando preso deixou transparecer apenas uma passividade e uma mansidão muito grandes. Que o crime seria passionai! Mandado executar pela esposa de Marçal! Esta hipótese, veiculada por setores do Governo do MS foi, indubitavelmente, a mais absurda. Basta estar alguns minutos com esta mulher para reconhecer a impossibilidade do aventado. Versão decorrente de um mal entendido? Ou seria uma informação veiculada à opinião pública para defender interesses dentro do Governo estadual conectados com os interessados nas terras de Pirakua?

A IMPUNIDADE

Mas como provar a autoria do crime? Como chegar ao responsável pelos tiros? Como comprovar a participação de um mandante poderoso, rico, num país onde cotidianamente ocorrem crimes de natureza semelhante? Quem não se recorda do caso, até hoje impune, do índio Kaingang Angelo Cretã? Ou dos seis outros Kaingang mortos em Guarita ainda este ano? Ou dos índios Pataxó, Maxacali, Kariri, todos mortos em função dos mesmos problemas? Ou dos espancamentos de índios Potiguara? Em qual destes inúmeros crimes teria sido feita justiça? Isso, sem falarmos nos assassinatos de camponeses ou nas injustiças cometidas nos centros urbanos contra os menos favorecidos. A realidade vivida pelo país hoje não nos permite isolar o assassinato de Marçal. Herança de uma política cujo valor principal está centrado num autoritarismo militarizado e onde o capital tem prioridade em detrimento do trabalho, vivemos uma situação onde os latifundiários, os que desejam sempre mais e mais terras, os ricos proprietários, são aqueles, dentre outros, que ordenam a condução do País e que, impunes, matam, subornam, corrompem.

O HOMEM

Marçal era um homem magrinho, pequenininho, franzino. Mas era um lutador de fibra. Em Guarani o termo “ÑE-Ë” possui ao mesmo tempo dois significados: palavra e alma. “ÑE-Ë”: esta era sua arma. Sua palavra. E ele se agigantava quando explicitava sua alma/palavra. E soube usar com extrema habilidade esta arma contra os poderosos. E foram estes contra quem ele lutou tanto e denunciou com tanta propriedade em favor dos índios do país que, certamente, o mataram. Sua inteligência, sagacidade e perspicácia lhe permitiam um domínio não só de seu próprio mundo como também do “civilizado”. Este domínio de um e outro lado do universo que cerca as populações indígenas do Brasil de hoje — e principalmente o dos Guarani — fez com que Marçal ampliasse consideravelmente seu raio de ação, superando limites nacionais. Era frequentemente solicitado a dar palestras, a participar de reuniões; era consultado por antropólogos e entidades de apoio ao índio que apreciariam poder contar com ele em seus quadros. Chegou a ser convidado, e declinou do convite, a ser deputado pelo MS. Por duas vezes foi porta-voz dos indígenas brasileiros. A primeira quando o Papa visitou o Brasil, em 1980. Seu discurso impressionou João Paulo II que quis saber se a fala de Marçal tinha sido preparada ou



Marçal com o Papa em julho de 1980.



Casa de Marçal em Campestre. Aparece sua roça: mandioca e milho. Ele foi morto na varanda, no centro da casa.



Carregando o caixão de Marçal.

improvisada, causando-lhe surpresa saber que tinha sido espontânea. Na ocasião, falando em português preciso e objetivo, Marçal explicitou de forma plena sua alma: “Leve o nosso clamor, a nossa voz por outros territórios que não são nossos, mas que o povo, uma população mais humana, lute por nós porque o nosso povo, a nossa nação indígena está desaparecendo do Brasil. (...) As tribos indígenas brasileiras estão sendo massacradas, exploradas, mortas por pistoleiros que nos matam como animais. No descobrimento do Brasil, éramos uma grande nação e hoje vivemos como um povo à margem deste país, sem nenhuma condição de vida. Hoje estamos sendo assassinados, vivemos na miséria, assassinados que somos pelos que têm o nosso chão deste grande Brasil, chamado de país cristão.” Posteriormente, no final de 1982, Marçal foi novamente escolhido para representar os indígenas brasileiros, desta feita em reunião da Organização das Nações Unidas que discutiu, em Boston, E.U.A., a exploração de minérios em territórios indígenas do mundo todo.

Este homem, que teve acesso total ao mundo do “civilizado”, que discursou diante do Papa, que viajou muito, que foi considerado por um dos mais conhecidos intelectuais do Brasil “como o maior intelectual do Estado em que nasceu”, morreu sobre a terra, sobre o chão batido do “rancho” que havia construído, desprezando o “conforto” oferecido pela casa-enfermaria construída pelo branco. AVA HAIXA OMANÔ HAGUE MARÇAL. AVA ETE VOI HAIXA — Marçal morreu como Homem/Guarani. Como verdadeiro Homem/Guarani.

Para os que desejam manter as condições dos índios brasileiros sem buscar melhores alternativas; para os que entendem como único caminho a inexorável assimilação dos índios à sociedade brasileira; para aqueles que pouca ou nenhuma importância dão ao destino das populações indígenas no País; para os latifundiários, os burocratas, as missões de fé, Marçal não passava de um “criador de caso”. “Um calo no pé da FUNAI e do Governo”, como dizia. Mas a “sabedoria”, o conhecimento de Marçal estava todo canalizado no sentido da mudança da situação de opressão e discriminação que recai sobre os povos indígenas no Brasil. Neste sentido Marçal era um Revolucionário, um homem que fez História, e lutou muito para mudar e melhorar as condições de vida de sua gente. Quando os filhos lhe pediam que deixasse “aquela vida de luta”, respondia: “Este é meu ideal.”

A morte de Marçal, antes de arrefecer, deve intensificar e fortalecer a continuidade da luta, de índios e não-índios, no sentido de ampliar as possibilidades reais para que os povos indígenas brasileiros possam definir seus próprios caminhos. De outro lado, torna-se premente que se faça justiça, que os indícios que recaem sobre assassinos e mandantes se tornem provas concretas e que se faça uma ruptura na série de crimes contra índios, camponeses e desfavorecidos que têm ocorrido impunemente no País já há muito tempo...

Rubem Thomaz de Almeida é antropólogo, colaborador do Levantamento: Situação Atual das Populações Indígenas no Brasil e coordena o “Projeto Kaiowá-Nandeva”, desenvolvido em Mato Grosso do Sul junto com os Guarani.

MEMÓRIAS?

CULTURA POPULAR E EDUCAÇÃO POPULAR: MEMÓRIA DOS ANOS 60

Osmar Fávero (organizador)
GRAAL/Biblioteca de Educação
283 pp. Rio de Janeiro

Não faz nem dois meses estávamos numa mesa de bar em Curitiba. Era hora de almoço e havia trabalho depois dele, mas tomávamos cerveja. Éramos uma antropóloga recém-saída da UNICAMP, um médico a caminho de tornar-se também um antropólogo, um dentista e eu. Tocados pela cerveja e o silêncio do lugar, falávamos sobre livros. Começamos por um paralelo que certamente terá sido traçado antes por muitos outros, em outros bares: *O Que Que é Isso, Companheiro?* × *Feliz Ano Velho*. O lado à direita da mesa dizia: "isso é o fim da literatura brasileira". O da esquerda: "ao contrário, é o começo de um outro tempo dela; agora qualquer um pode escrever e ser lido".

Mas depressa o assunto mudou de rumo: por que de repente "todo mundo" lia o Marcelo Paiva (agora ameaçado de perto pelo Henfil e por Fernando Sabino)? Não havia muitas razões a propor entre os copos de cerveja. Mas o médico insistiu em uma delas, corriqueira também, ele mesmo reconhecia: "é porque agora alguém da nossa geração falou e está sendo ouvido". "Nossa" significava, ali, o contrário da *minha*, e de um momento para outro nos dividimos em uma pequena guerra de "três contra um", uma covardia! Mas eu, o "da outra geração", tinha grandes armas. Eu era um desses que viveu a universidade nos cinco primeiros anos da década "dos sessenta". Uma geração de profetas, heróis e, depois, mártires, como os outros três — parte dos que viveram a mesma coisa ao longo dos "anos setenta" — nos quisera chamar, entre sérios e irônicos.

A um dado momento as acusações foram graves. Mais do que os militares, estúpidos o bastante para fazerem isto com profundidade e sutileza, nós — os "dos anos sessenta" — os havíamos condenado a serem "a geração do silêncio" (eu já vi esse filme antes). De fato a idéia dominante era esta: o pior não fora a repressão ativa, o terror e a necessidade de silenciar tudo por muito tempo. Tinha sido o oposto, a evidência de que a geração anterior havia escrito, cantado, descoberto e feito "tudo", apenas sem

muitos resultados mais do que *escritos, cantos, invenções* e "*experiências*" que, expulsas do poder de haverem realizado o que pretendiam, invadiram, vários anos depois, quase todo o universo da música, das outras artes e práticas e, sobretudo, da *educação* dos que vieram depois. Glauber Rocha, Cacá Diegues, Ferreira Gullar, Carlos Estevam, Luís Eduardo Wanderley, a AP, a JUC, a UNE, os Movimentos de Cultura Popular, os Centros Populares de Cultura.

"Os seus mortos pesam sobre nós e os vivos não deixam lugar para nós" disse a antropóloga. "Pior", continuou o médico, "você sequer nunca nos escutaram. Até hoje vocês só escutam as suas próprias palavras!" "Chico e Caetano... até esses dois são quarentões", concluiu o jovem dentista.

O que houve naquele tempo? O que há agora? Há muitas teorias a respeito, mas para falar de uma coletânea de artigos que, entre a *Cultura* e a *Educação Popular*, é uma pura "memória dos anos 60", quero lembrar apenas alguns fatos, de resto, já muito conhecidos. Creio que não houve um outro momento na educação brasileira em que tantas idéias novas e renovadoras foram tão coletivamente descobertas e pensadas. Não houve, também, um outro tempo em que, de modo tão intenso e diferenciado, através de grupos e entidades estudantis, "de igreja", "do governo", de artistas e intelectuais, tais idéias tenham sido tão intensamente transformadas em experiências de trabalhos. A Equipe de Paulo Freire na Universidade Federal de Pernambuco e, depois, no Movimento de Cultura Popular do Recife, o Movimento de Educação de Base, os vários MCPs e os Centros Populares de Cultura esparramados por todo o País. Havia um trabalho a fazer: transformar tudo! Tomar nas mãos o poder e "criar novas estruturas sociais". Havia um *trabalho* que deveria realizar esta tarefa coletiva e "histórica" (usávamos esta palavra como nunca) de transformar o País: descobrir no povo o agente de todo o processo de transformações revolucionárias.

Havia duas palavras que oscilavam entre a política, a ciência e a magia, e que, para nós, intelectuais e militantes, davam sentido e direções de uso do poder a tudo: *educação* e *cultura*. Associadas, entre novas práticas e retóricas, a *popular*, elas pareciam aumentar infinitamente ao mesmo tempo a sua

clarividência, o seu poder e, na verdade, a sua oscilação. Foram cinco intensos anos de uma busca difícil, em parte realizada: reverter o sentido político da prática pedagógica e cultural e torná-la, finalmente, aquilo a que nos acostumamos chamar de: "instrumentos de libertação".

Depois de 1964, depois de 1968, reduzidos nós próprios ao silêncio, passamos a escrever sobre o que fomos. Sobre o que pensamos e fizemos. E também poucas vezes na história do País, em tão pouco tempo se escreveu tanto sobre um mesmo assunto. Fiquei sabendo outro dia que há pouco mais de cinqüenta teses a respeito de Paulo Freire, algumas anônimas; outras notáveis, como as de Celso, de Rui Diesegel, Vanilda Paiva e Silvia Maria Manfredi. Há cinco teses sobre o Movimento de Educação de Base (uma delas a do próprio organizador de "Memória dos anos 60"); pelo menos duas a respeito da notável "Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler", fora uma infinidade de artigos, livros e escritos ligeiros sobre todo o trabalho dos MCPs e CPCs.

Todos sabemos que de então para cá houve avanços muito importantes nas idéias e práticas da educação popular e da cultura popular. No entanto os seus documentos — aqueles que a "geração dos 70" fica devendo — são ainda muito raros. Por outro lado, os muitos livros e artigos escritos tanto por aqueles que viveram a "coisa", como pelos que, mais tarde, refletiram criticamente sobre ela, falam *sobre*, de tal modo que os próprios documentos do tempo fértil da instauração da cultura e da educação popular são até hoje, em boa medida, desconhecidos, a não ser no caso dos especialistas remotos e atuais do assunto.

Aos fragmentos, espalhados aqui e ali, eles foram finalmente reunidos. Osmar Fávero teve a idéia fundamental de fazer publicar um livro às avessas: sem análises e críticas sobre o que se fez e pensou "nos anos 60" ele obrigou os seus autores e os seus atores a falarem por conta própria. Assim, documentos existentes até hoje apenas em folhas amareladas de velhos mimeógrafos de 1963, ou divididos em livros, como os de Carlos Estevam e Ferreira Gullar, difíceis de encontrar, foram reunidos e ordenados em: *Cultura Popular e Educação Popular — memória dos anos 60*

Dividamos este livro de *depoimentos do tempo* em três momentos: O primeiro reúne os capítulos de: *idéias geradoras e conceitos assu-*

midos. Aí está o *Cultura Popular*, um dos manifestos da Ação Popular, ao lado de dois escritos relevantes, retirados dos livros de Ferreira Gullar e Carlos Estevam Martins, então militantes da UNE. Aí estão os manifestos e as propostas de práticas do CPC da UNE, da "De pé no chão", do MEB, do CPC de Belo Horizonte (havia excelentes mineiros nisso) e do MCP do Recife. O segundo momento reúne documentos de duas vertentes, certamente as mais férteis e, no caso da segunda, a mais produtiva do período. Os que imaginam que o primeiro trabalho de Paulo Freire sobre Educação Popular é *Educação como Prática da Liberdade*, encontrarão um escrito anterior, que lhe serviu de base: *Conscientização e Alfabetização, uma nova visão do processo*. Ao seu lado, os escritos dos seus primeiros companheiros de trabalho, os realizadores da "experiência de Angico: Jarbas Maciel, Jomard Muniz de Brito e Aurénice Cardoso. Antes tais documentos existiam apenas em uma revista publicada pela Universidade Federal de Pernambuco há exatamente vinte anos — Estudos Universitários — hoje obra de colecionadores. Do Movimento de Educação de Base, Osmar Fávero selecionou quatro documentos que, possivelmente ingênuos aos olhos do leitor crítico de 1983, foram, vinte anos antes, o fundamento da prática mais criativa e consistente de educação popular no País.

Finalmente, em um terceiro momento, Osmar Fávero realiza um "esforço de união e integração", reunindo os documentos finais do Primeiro Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura realizado no Recife. Foi quando, pela primeira vez, representantes de praticamente todos os grupos e movimentos significativos de Cultura e Educação Popular discutiram juntos as suas idéias e os seus caminhos. Em um dos números da Revista da Civilização Brasileira (setembro de 1965), Sebastião Uchoa Leite escreveu o que seria possivelmente a primeira crítica de conjunto de tudo o que se fez até então. Este é o último documento de uma coletânea de dezoito escritos que, finalmente, na aurora dos anos 80, deixa que falem por sua conta aqueles — grupos, movimentos ou pessoas — que há vinte anos atrás criaram e procuraram fazer da educação uma prática política de libertação popular. Idéias e práticas a que, vinte anos mais tarde, seria ingênuo pretender retornar. Mas alguma coisa que, escrita como foi, é preciso conhecer a fundo, justamente para saber como fazer diferente. E melhor.

Carlos Rodrigues Brandão

O marxismo como ferramenta de cristãos

Pedro A. Ribeiro de Oliveira

Publicamos no n.º 185 de *Tempo e Presença*, um artigo de Rubem César Fernandes chamado *A "ferramenta marxista" e a ferrugem do tempo*. O artigo de Pedro A. Ribeiro de Oliveira inaugura nossa seção "Ponto de Vista", respondendo Rubem César e abrindo um interessante debate em torno da questão.

"Por ventura colhem-se uvas de espinhos, ou figos de urtigas?"
(Mt 7.16)

Qual a medida da ferramenta marxista? Trata-se de um bom instrumento para o conhecimento da realidade, ou de um "talismã" mágico para desvendar todos os mistérios da História? Seu uso pelos cristãos resultará na superação da contradição entre revolução e liberdade, ou não será mais do que a reanimação fugaz de um corpo já em decomposição? Estas são questões levantadas por Rubem César Fernandes, em recente artigo publicado em *Tempo e Presença*. Aproveito a deixa para jogar minha lenha na fogueira.

Rubem César sugere que o marxismo é um "termo de valor tribal, marca de uma identidade distintiva". Pois é, os cristãos pertencemos a outra tribo, temos outra marca distintiva, outros símbolos totêmicos. Por isso mesmo quando nos aproximamos do marxismo estamos a fim de colher os seus frutos, sem maiores considerações pelo fato de ser ou não o marxismo a árvore totêmica de uma grande e confusa tribo. Certamente cometemos profanações ao marxismo, comendo seus frutos fora dos rituais e às vezes fazendo com eles uma salada. Afinal de contas, símbolos totêmicos por símbolos totêmico, ou dogmas por dogmas, temos mais do que o suficiente nas Igrejas Cristãs, parti-

culamente na Católica Romana! É, creio, pela liberdade tomada no uso do marxismo que os cristãos diferem da tribo marxista. A própria expressão "ferramenta" já indica a pouca deferência ritual no trato da árvore marxista. Ferramenta, a gente usa. Ela não tem valor em si mesma, mas como instrumento. Se os sacerdotes daquela tribo usam o marxismo como uma espécie de doutrina da segurança nacional lá deles, a gente de cá lamenta, mas não vai chorar na árvore totêmica, nem fazer ritual de desagravo. É com essa distância profana (e profanadora, para os membros daquela ilustre tribo) que pretendo aqui retomar alguns pontos levantados no artigo de Rubem César Fernandes.

A FERRAMENTA É DE CABO GRANDE

Rubem César coloca fora do alcance do marxismo uma série de objetos: as sociedades indígenas, o campesinato, as minorias étnicas, a burocracia, as relações interpessoais e as revoluções socialistas. A meu ver, ele encurtou demais o cabo da ferramenta. Para o caso das sociedades indígenas, "sem classes, Estado, mercadorias, sem uma clara separação entre instituições ideológicas e econômicas", basta pensar na obra de M. Godelier, que de modo nenhum é menos científica do que Malinowski, Evans-Pritchard ou Lévi-Strauss. Mais particularmente, lembro os nomes de Fr. Houtart e G. Lemerminier, em seus estudos sobre as religiões na Ásia (Sri-Lanka e Kerala, respectivamente). Desde que não se cometa o absurdo de projetar-se nas formações sociais pré-capitalistas os elementos próprios ao modo de produção capitalista, elas são perfeitamente estudáveis pela teoria marxista.

No caso do campesinato, estou de acordo quando se diz que o marxismo não produziu uma teoria sociológica a respeito, mas não podemos ignorar as perspicazes análises de Mao Tsé Tung sobre os camponeses na China. É verdade que a primeira delas lhe valeu até um afastamento de cargo no interior do Partido Comunista por divergir da teoria ortodoxa, mas o certo é que ela está aí. Mao teorizou, sim, sobre o campesinato como classe revolucionária. Não teorizou sob a forma acadêmica, própria ao pensamento ocidental; mas ignorar sua contribuição ao marxismo seria reduzi-lo à sua formulação ocidental, para não dizer soviética...

Quanto às minorias étnicas e à burocracia, não posso falar nada, porque não estou por dentro do assunto. Pode ser que haja teoria marxista sobre o assunto, pode ser que não haja. Mas não vejo nada que impeça o cabo da ferramenta de chegar até lá. O mesmo vale para as revoluções socialistas: não falo nada, porque quase nada conheço sobre a sua teoria.

Enfim, ficam de fora do campo alcançado pela ferramenta marxista as relações interpessoais e o "mundo interior". De fato, enquanto concepção da História, a teoria marxista não nos ajuda a entender as subjetividades. É preciso dar vez e voz a Freud e seus colegas, porque, para o mar-

xismo entrar lá, seria preciso virar o cabo da ferramenta: ela está voltada para a objetividade da história, e não para a subjetividade dos que fazem a história; ela alcança a lógica de funcionamento e de transformação dos sistemas, mas não a intencionalidade dos indivíduos.

O MARXISMO NÃO É UMA FERRAMENTA IGUAL A OUTRAS

Na sua crítica ao stalinismo, Rubem César refuta a sua pretensão a ser a única ciência enquanto tal, e propõe que um instrumento científico deve ser posto “lado a lado com outras perspectivas teóricas e normativas”. É digno, justo, razoável e salutar criticar a pretensão de quem pense ser o marxismo a única ciência certa e verdadeira e considere todas as demais sórdidas ideologias a serviço da burguesia. Ou é tudo ciência, ou é tudo ideologia. E por que não considerar tudo como ciência, e esta como uma forma de ideologia? Não vejo vergonha nenhuma em professar uma ideologia, seja ela científica, de senso-comum ou religiosa. Atire a primeira pedra quem não tiver ideologia!

Mas isso não significa que todas as teorias científicas sejam vinho da mesma pipa, ficando a gosto do freguês a escolha entre uma ou outra, facultados inclusive coquetéis. Se adotamos como paradigma o empiricismo inglês, vemos a realidade de um jeito; se partimos do funcionalismo de Parsons, o mundo já fica outro; se nosso guia é o estruturalismo de Lévi-Strauss, jogamos os dois primeiros fora e só queremos ver o mundo como articulação de estruturas; se, enfim, adotamos o paradigma teórico marxista, vamos ver coisas que antes nem imaginávamos existirem. Qualquer pessoa que já tenha passado por essa forma de “mobilidade intelectual”, convertendo-se de um paradigma para outro, saberá perfeitamente do que estou falando. Não se trata, pois, de colocar teorias lado a lado, mas de tomar uma como paradigma e a partir dela e em referência a ela assimilar as contribuições que outras possam dar.

Na escolha da teoria que vai ocupar a função de paradigma influem não poucos fatores, e uma das diferenças entre as ciências sociais e as ciências físicas e naturais é que a comunidade científica não chegou (ainda?) a um consenso sobre qual a teoria que deve ocupar a posição de paradigma. Th. Kuhn bem mostra isso. Não há químico que não reconheça Lavoisier como pai fundador, físico que não reverencie Newton, nem astrônomo que renegue Copérnico. Talvez na psicanálise já exista também uma teoria paradigmática, pois hoje Freud já caiu no gosto do povo. Mas nas ciências sociais, cada escola científica — grande ou pequena — tem seu ancestral e só a ele presta culto, na esperança de que um dia ele venha a ser consagrado como o teórico fundador, merecedor de um livro-texto a ser ministrado a todos os alunos daquelas ciências para divulgar sua teoria como o paradigma dos cientistas sociais. Por isso, ao adotar uma teoria como paradigma de pesquisa e de explicação da realidade, fazemos uma escolha na qual somos respaldados por um setor da comunidade científica — a nossa “escola” — e não por outros. O

valor dessa escolha será dado pela capacidade da teoria escolhida ajudar — ou não — a entender o nosso objeto de conhecimento. É na prática que se testa uma afirmação científica. Se uma teoria não serve para entender — e, dizemos alguns, transformar — o mundo social, a história, pode ir para o museu das ciências. Se, ao contrário, ela nos ajuda a entender e agir — inclusive como “engenharia social”, de conservação da sociedade estabelecida, no caso do funcionalismo — é porque ela (ainda) está viva, tem eficácia histórica. Ora, apesar do stalinismo e do dogmatismo, o marxismo tem sido capaz de explicar o modo de produção capitalista e sua transformação. Neste sentido, ela está viva, e pode ser legitimamente usada pelos cientistas sociais. Se é a melhor, ou não, é questão de escolha, que a própria comunidade científica não é capaz (ainda?) de fazer.

O MARXISMO É UMA FERRAMENTA DA PRÁTICA (E NÃO DA FÉ).

Se há um princípio sobre o qual Marx sempre insistiu é na vinculação entre teoria e prática. Sua concepção materialista da história é uma “teoria da prática”, e fora da prática ela perde sentido. Quando a teoria marxista vira tema de debate na academia e nas universidades, dá para desconfiar que alguma coisa está fora do eixo. Ou a academia está inserida na prática — e quando falo de prática refiro-me à prática de transformação social, de superação dialética do capitalismo — ou o marxismo virou o fio e tornou-se um puro sistema de idéias. É como teoria da prática que o marxismo interessa aos cristãos. Como doutrina ou como sistema metafísico, já temos uma refinada produção intelectual, tecida ao longo de três mil anos por profetas, doutores, monges, papas, santos e santas, que deixa o marxismo no chinelo.

Ferramenta da prática não é ferramenta da fé. A fé, como a teoria científica, nos ajuda a ler a prática, a entendê-la, a dar-lhe sentido. Assim como “Receita de Mulher”, de Vinícius de Moraes, não nega a validade de um capítulo de anatomia sobre o corpo feminino, também a leitura da prática com os óculos da fé não impede sua leitura com óculos científicos. A leitura científica da realidade e da prática que nela realizamos — seja ela uma leitura orientada pela teoria marxista, seja por outra teoria — independe da leitura que fazemos a partir da nossa fé — ou ausência de fé.

Podemos analisar o Movimento Popular no Brasil independentemente de ver ou não nele um sinal do Reino de Deus, um passo na caminhada de libertação do Povo de Deus. Mas para fazer uma leitura a partir da fé não posso dispensar o concurso do instrumental científico. Não posso dizer que o Movimento Popular é um sinal do Reino se não fizer uma análise séria dele. E ao dizer análise séria quero dizer uma análise com o que a ciência tem de melhor a oferecer. E aí, não vejo outro instrumento, outra ferramenta melhor do que a que foi sendo forjada no decorrer das próprias lutas populares no interior das sociedades ca-

pitalistas. Podemos chamá-la de marxismo, ou dar-lhe outro nome. Em homenagem ao homem que sistematizou essa teoria como ferramenta de análise da prática, nós a chamamos de marxismo. Mas ele mesmo dizia que não era marxista. Gramsci falava de "filosofia da práxis". Se a tribo soviética já registrou "marxismo" como marca patente da Academia de Ciências lá deles, a gente se contenta em comer os frutos sem brigar pela árvore. Certamente as tribos cristãs não vão brigar pelo marxismo como árvore totêmica. Mais que isso, estou certo de que, se no decorrer do processo de libertação popular for elaborada uma teoria melhor e mais completa do que a teoria marxista, trocamos de uma árvore para outra sem cerimônia. Afinal, o compromisso dos cristãos — pelo menos em algumas linhagens dessa enorme tribo — é com a prática, é com a libertação do Povo de Deus oprimido, pois é ali que nossa fé mostra os sinais do Reino de Deus.

CONCLUSÃO

O marxismo é ferramenta, sim. Pode ser bem ou mal usada, inclusive pode ser transformado em talismã e vir a ser venerada por ela mesma. Mas não é uma ferramenta qualquer. Não brotou de alguma mente ociosa, mas da reflexão científica sobre as lutas populares. Enquanto estiver sendo feita a reflexão científica sobre as lutas populares, essa teoria estará sendo modificada, como uma ferramenta que é aperfeiçoada enquanto vai sendo usada. Sua medida é dada pela prática, pois consta de uma série de princípios teóricos e metodológicos que orientam a análise da realidade social considerada, mais do que afirmações e conteúdos. É como ferramenta de conhecimento da realidade, como uma ferramenta da prática, que o marxismo é útil aos cristãos, como aliás é útil a todos os que participam de movimentos populares contra a opressão gerada pelo capitalismo, independentemente de ser ou não o símbolo totêmico da tribo socialista.

Paz e terra para os povos indígenas

Aos poucos a problemática do índio está ganhando espaço e a Igreja tem um importante papel na discussão deste tema. O CIMI Norte II produziu três audiovisuais para servirem de subsídio à Pastoral Indigenista.

Eles fazem parte da série PAZ E TERRA PARA OS POVOS INDÍGENAS e estão separados em três partes:

1ª parte:

O ÍNDIO: AQUELE QUE DEVE MORRER
(história e política indigenista)
78 slides com fita cassete
Cr\$ 15.000,00

2ª parte:

O ÍNDIO: AQUELE QUE DEVE MORRER
(valores da cultura indígena)
73 slides com fita cassete
Cr\$ 15.000,00

3ª parte:

O ÍNDIO: NOSSO IRMÃO NA LUTA E NA ESPERANÇA
(resistência e organização indígena)
78 slides com fita cassete
Cr\$ 15.000,00

Cada audiovisual é acompanhado por um livrinho de subsídios e como brinde daremos uma assinatura do *Mensageiro*, o jornal dos índios.

Os pedidos devem ser feitos para: **CIMI Norte II**
Caixa Postal 1359
66000 BELÉM / PA

*"... para que todos sejam um...
a fim de que o mundo creia..."*
(Jo 17.21)

BATISMO, EUCARISTIA, MINISTÉRIO

Esta obra apresenta os resultados da última conferência promovida pela Comissão de FÉ E CONSTITUIÇÃO do CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS que foi realizada em 1982, na cidade de Lima — Peru.

O texto apresenta acordos teológicos significativos que revelam o posicionamento acolhedor de várias Confissões cristãs, sobre temas tão vitais para a vivência e a prática eclesiais como o Batismo, a Eucaristia e o Ministério. A publicação deste livro representa um espaço comum entre o CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs) e o CEDI (Centro Ecumênico de

Conselho Mundial de Igrejas
Comissão de Fé e Constituição



BATISMO EUCARISTIA MINISTÉRIO



CONIC/CEDI

Documentação e Informação), com vistas ao desenvolvimento da reflexão e do diálogo ecumênico em nosso país, na perspectiva do movimento estimulado pelo Conselho Mundial de Igrejas.

A ÁRVORE DO FUTURO

Vou plantar uma árvore.

Qual vai ser, ainda não sei.

A copa deverá ser grande, para que as crianças se ajuntem à sua volta. De preferência que seus galhos sejam fortes: lembro-me da mangueira velha de minha infância, onde pendurei um balanço. E penso nos passarinhos que virão, quando seus frutos amadurecerem...

Mas o mais importante de tudo: deverá crescer devagar, muito devagar.

Terá que demorar tanto para crescer que eu não viverei para me assentar à sua sombra. Eu a amarei pelos sonhos que se abrigam nela.

Árvore diferente das outras, que enchem as florestas, dádivas da generosidade pura da natureza. Esta será dádiva do meu gesto: esperança, alegria naquilo que ainda não chegou.

Ao colocar a mudinha no chão estarei buscando mãos ausentes, moradoras de um outro tempo, ainda não chegado. E assim destinarei o meu corpo àqueles que nascerão depois que eu tiver partido.

Não estarei lá para ver. Mas não importa. Porque eu vejo, nos meus sonhos, os meus filhos e os filhos dos meus filhos que lá estarão. E não existe coisa mais bela que eu possa desejar.

Sorrio pensando que, talvez, esta tenha sido a mais antiga liturgia da esperança: quando alguém plantou uma árvore, sabendo que nunca haveria de se assentar à sua sombra. Sem saber, este desconhecido pronunciou o nome do mais sagrado dos sonhos: o Messias: o tempo quando o poder será dado aos mansos...

Ah! Quando isto acontecer então o medo fugirá e o poder se tornará gracioso e belo como uma canção... Coisa estranha esta, que os nossos corpos se alimentem de frutos ainda não nascidos e descansem à sombra de árvores que não existem. É então que se revela este mistério: que a nossa carne não viva só de pão, mas necessite também de poemas...

Houve tempo em que esta árvore se plantava com a mesma leveza com que se respira. Era um dos gestos poéticos que se faziam como rotina, para se afirmar que a vida faz sentido. Se não a árvore, o simples gesto de estender a mão para um filho, com a bênção, bem-dizer, benzer, bem-dição, desejos bons que se plantavam nos ventos, na esperança de que eles floresceriam no futuro. Depois do plantio, todos se recolhiam, e no silêncio macio da noite os grandes contavam memórias de passados e cantavam memórias de futuros.

E descia então aquele tranqüilo sentimento de que o universo caminhava como devia, o tempo dos homens ligado aos eternos caminhos dos astros. Por piores que fossem as secas e os invernos, a vida haveria sempre de brotar de novo.

*Ah! Eterno retorno dos princípios!...
Ah! Eterna juventude desta terra, nosso lar!...
Mas agora o gesto leve não mais existe.*

Foi despedaçada a alegria da juventude eterna e do eterno retorno aos princípios da vida. Há prenúncios de secas que não mais terminarão e de invernos sem fim...

Caminho com passos pesados. Repito em voz alta os meus poemas, como quem reza, para não me esquecer dos meus desejos.

Não se devem fazer gestos leves quando os sinos dobram por gerações abortadas. Um som triste de requiem parece vir do futuro, trazido por ventos quentes de desertos. Certamente uma outra liturgia, outros futuros que se invocam...





É certo que é uma outra liturgia, porque não se invocam nem crianças e nem pássaros, mas apenas trapos de bandeiras, fincados em lugares onde outrora loucos urraram hinos de morrer pela pátria.

Pátria? Quem se lembra?

Também os celebrantes são outros. Nos seus rostos duros e faces frias há dentes de poder feroz, em nada semelhantes ao poder manso que ama a vida. Há também palavras precisas e monótonas de saber puro, da razão que se esqueceu do corpo, e nem sabe dizer a dor dos que sofrem ou o riso dos que se alegram: saber que desertou da vida e virou loucura.

E outros também são os símbolos. Árvore, coisa frágil, mansa e vagarosa... Em seu lugar, altares sacrificiais. Artefatos vazios de promessas de vida. Prenúncios de desertos, de silêncios, de corpos carbonizados, de noites intermináveis, de gelos eternos e cadáveres endurecidos, de cidades desoladas, de paisagens lunares, de mares que morreram, e tempos de nunca mais...

Antigamente torres sagradas apontavam os céus e marcavam o tempo com bater dos sinos. Ogivas arcavam espaços e seguravam vitrais multicoloridos.

Tempo e espaço viravam música e os órgãos e as vozes cantavam promessas de paraísos e anunciavam a vinda do poder manso:

“Glória a Deus nas alturas, paz na terra, boa vontade para com os homens.”

Invisível, onipresente, onipotente, no fundo dos mares, nas cavernas da terra, nas nuvens dos céus, Deus acolhia os desejos de vida dos grandes e dos pequenos.

Sinos encantavam as tardes e diziam tranqüilidade. Os homens dormiam em paz e acordavam mais fortes.

Agora, apontando para os mesmos céus, como as torres de outrora, metais reluzentes batem o tempo do fim do mundo. E ogivas metálicas traçam desenhos no espaço, cogumelos incandescentes.

Tempo e espaço viram gemido e vozes metálicas invocam infernos e demônios:

“Glória à morte nas alturas, guerra na terra, ódio para com os homens.”

Invisível, onipresente, onipotente, no fundo dos mares, nas cavernas da terra, nas nuvens dos céus, um outro Deus surdo aos desejos de vida, prepara os rituais de morte.

Herodes ordena o derradeiro massacre...

O medo já entrou em nossos espaços internos, destruiu os sonhos, devorou as esperanças. Já não se saúdam os nenezinhos como antigamente... Há aquele sentimento de inutilidade, do absurdo de se gerar um filho, os discretos suicídios dos que continuam vivos, mas se recusam a plantar árvores... A morte chega precocemente, roendo o nosso corpo. Somos como aqueles doentes, condenados a morrer, que se reconciliaram com o fim: gozam a paz absoluta dos que já perderam todas as esperanças.

Vou plantar a minha árvore.

Como um gesto de recusa e como um penúltimo grito. Procuro os símbolos da vida e os conspiradores que repetirão comigo as maldições contra os sacerdotes do fim do mundo, enquanto cantamos esperanças de um futuro manso sem botas e sem espadas.

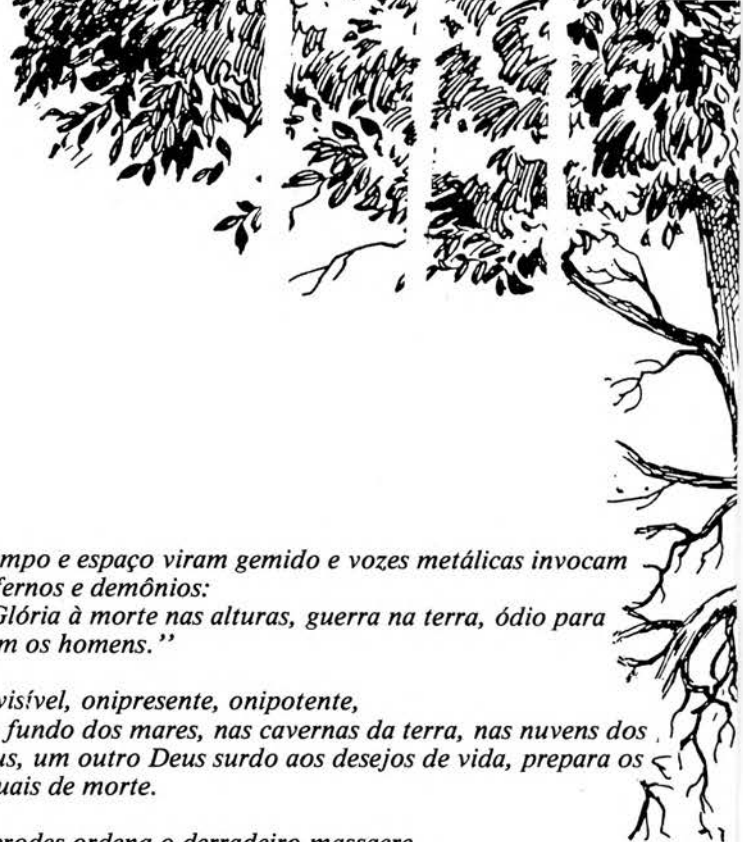
Só que ela não poderá ser o pinheiro cortado e iluminado com luzes artificiais.

A copa deverá ser grande, para que as crianças se ajuntem à sua volta. De preferência que seus galhos sejam fortes: lembro-me da mangueira velha de minha infância, onde pendurei um balanço. E penso nos passarinhos que virão, quando seus frutos amadurecerem...

Mas o mais importante de tudo: deverá crescer devagar...

Aquele que primeiro plantou uma árvore à cuja sombra nunca se assentaria foi o primeiro a anunciar o Messias...

Vou plantar uma árvore...



Carlos Rodrigues Brandão

NICARÁGUA, NICARÁGUA!

Terceira Parte

Uma revolução popular... o que é isto afinal? Na verdade é inútil ficar esperando os sinais dela em reuniões como esta de que participo, dentro de um edifício entre jardins e um campo de golfe que Somoza mandou construir pouco antes de se trancar acuada em sua fortaleza e, depois, fugir escondido em um avião. Reuniões assim são fundamentais, mas é preciso desconfiar delas, porque quase tudo o que encerram são palavras conhecidas demais, mesmo antes de serem pronunciadas. Alguns chegam e dizem as primeiras, outros ameaçam discutir. Mas com o curto tempo de dois ou três dias algumas são consagradas e as regras do ritual não podem escapar do seu poder. Primeiro nos descobrimos, depois nos repetimos e alguns *solos*, transformados no canto do *coro*, viram afirmações apaixonadas e obedecidas. Aquilo a que a própria verdade — um dia frágil e poderosa como a primeira flor da primavera — se reduz, quando acaba sendo simplificada, repetida e muito evidente para não deixar dúvidas à sua volta.

De repente poucas palavras bastam para dizer tudo e é preciso crer nelas, e amá-las. Mas, como aquilo que dizem as boas mães possessivas, elas são terríveis: nos amarram nas teias de um amor imenso, de que é preciso ser prisioneiro para ser parte. Entre nós, tão lúcidos, acabamos, por cansaço, ou por que os nossos ritos são no fim das contas assim mesmo, criando uma linguagem de contos-de-fadas: há bons absolutos e maus absolutos; há cenários simplificados e ações antecipadas entre vilões e heróis. Há palavras de ordem tão necessárias quanto escolas, comida e hospitais, mas que repetidas em demasia tornam-se grosseiras e ensurdecedoras, para que possam ser eficazes. Como livrar o *oprimido* do *senhor*, sem o risco de torná-lo depois outra vez *oprimido* pela massa dos livres de que ameaça ver-se prisioneiro?

Nos intervalos que tinha preferi, portanto, procurar os sinais do que havia lido e ouvido falar, nos objetos da rua, entre as suas pessoas, principalmente. Pelo menos ali as palavras escritas estão pintadas e as que são ditas numa fila de ônibus, por exemplo, são sempre mais verdadeiras.

Aqui no Brasil as grandes empresas invadem os cantos vagos das ruas com os seus *out-doors*. Mas nas entrelinhas dos muros os pobres e os jovens reconquistam com tinta de pincel ou de *spray* o direito à palavra. Um dia li em São Paulo, lado a lado: “Jesus Cristo voltará em breve!”;

“Viva o Partido Anarquista Brasileiro!” e “Heloísa, se um dia você tentar me esquecer... não tente”. Tanto em Manágua quanto no caminho de Tipitapa, tanto em Massaia quanto em Granada, em todas as ruas e campos vazios por onde andei, é a *revolução* quem ocupa os cartazes e os muros pichados. Mas nem todos os muros e nem todos os escritos pichados são dela. Oposto ao “Governo Sandinista”, um imenso cartaz colorido anunciava: “Partido Demócrata Conservador: uma esperança para Nicarágua”. E ele disputava espaço com cartazes, também cheios de cores, que batistas e pentecostais espalhavam por todo o canto: “Só Cristo Salva” e, certamente mais do que o Partido Demócrata Conservador, “é a única esperança”, neste país onde, ao contrário do que imaginam os que planejam invadi-lo, igrejas e religiões crescem e florescem, ganham as ruas e dizem o que querem.

Se um dia os aviões do Norte vierem para destruir arsenais de armas e “perigos comunistas”, terão que fazer boa pontaria. O que se reconstrói no país são templos, escolas, hospitais e centros comunitários.

Mais adiante, imensos cartazes de cuidados no trânsito misturam frases de preceito sobre como não matar quem atravessa a rua, com faixas que ordenam: “todas as armas ao povo” e pinturas que multiplicam a figura magra e sisuda do General Sandino. Entre traços e cores modernas, quase cubistas, o seu rosto enorme domina o de outros dois heróis do país, no centro do grande cartaz erguido atrás do palanque da “carretera de la solidaridad”, onde eu havia conversado com o miliciano de que falei, alguns dias antes. Difícil eleger um outro “Fidel” vivo que domine tanto os muros como figuras, quanto o país, com poder, nesta revolução que se governa através de uma Junta que pretende representar justamente a diferença entre as forças e as tendências. Por isso os *comandantes* vivos aparecem menos, são simbolicamente menos conhecidos e as figuras da rua multiplicam nos rostos dos mortos os sinais de uma luta vencida, mas ainda muito longe de estar terminada: “Sandino”, “Sandinismo”, “sandinista”.

A própria necessidade militar de garantir a liberdade: “todas as armas ao povo!”, “Não passarão!”, “Sandino vive!” cedem lugar à lembrança de que é com uma imediata melhoria da qualidade de vida para todos, que



Fotos de Carlos Rodrigues Brandão

uma luta ganha contra os tiranos haverá de ser consolidada. Para serem acreditadas e seguidas, frases semelhantes às que também aqui no Brasil aparecem de vez em quando, lembram a todos que é preciso economizar luz e gasolina (há bloqueios de petróleo ao país), ter cuidado de atravessar a rua, cuidar da saúde das crianças, alfabetizar-se, continuar estudando e participar, como for possível, da “reconstrução da Pátria”.

Acostumadas a elas, as pessoas que passam parecem não olhá-las. Mas, mais do que aqui, penso que crêem no que vêem, porque me parece que vivem em um país que crê no que escreve. Livre da euforia desbragada da propaganda *multinacional*, é uma identidade *nacional* de livres e pobres que, entre o medo e a festa, se multiplica em frases, rostos e emblemas.

Fora os milicianos vestidos de verde, as pessoas da rua são iguais às dos outros países do Continente. Poucos dias antes eu as vi assim na Costa Rica e no Panamá. Menos agressivas e apressadas do que as do segundo, menos brancas e suaves do que as do primeiro, elas são altivas e pobres, mas são sobretudo solícitas e alegres. Não carregam na boca frases de efeito e as moças nos ônibus continuam lendo folhetins de casos de amor. Não se vestem de escudos e não querem ser uma fantasia ambulante dos livres que se sentem agora sendo,

finalmente. Pouca coisa pelas ruas anuncia um país que, recém-libertado, se vê ameaçado pelo Norte e pelo Sul.

É preciso reconhecer: a Revolução é múltipla, é plural, e se constrói dividida entre o trabalho — um trabalho voluntário que nenhum governo conseguiu produzir no Brasil, em momento algum — e a festa. Não há toques e não há tropas nas ruas, a não ser nas cidades das fronteiras, onde os “contra” matam pessoas civis com frequência. Imagino a imensa parafernália cívico-militar que o nosso governo armaria se, de repente, por vontade do governo e dos mercenários dos Estados Unidos, estivéssemos para ser invadidos, enquanto gastamos tempo e dinheiro para reconstruir escolas e hospitais, pela Argentina ao Sul e pela Venezuela ao Norte. E na Nicarágua, um grito dado com força no Norte quase se ouve no Sul.

Fui ao Ministério da Cultura comprar livros e “posters”. Na porta de entrada do quintal arborizado onde ele fica, como uma casa simples de uma chácara, havia apenas um rapaz vestido de verde, sem escudos e armado de um fuzil-metralhadora. Nada da pequena multidão de policiais ostensivos que rondam os nossos prédios públicos em Brasília e sobretudo nada de pedidos de documentos que, retidos na entrada, como no MEC, só são devolvidos na saída.

Nas emissoras de rádio ouvi mais rumbas e boleros do que marchas militares. A própria rádio Sandino, onde na manhã de ontem ouvi um surpreendente programa de alfabetização em inglês, dirigido às populações negras da Costa Atlântica, alterna música sentimental, programas educativos, e aulas de marxismo. Nas outras emissoras há de tudo e em algumas, como por aqui, pregadores de programas religiosos anunciam outros caminhos e outros nomes para a salvação dos homens e do mundo.

Renascer de escombros, reconstruir, redividir, reviver... palavras onde a insistência do prefixo *re* parece multiplicar todos os sons, e parece indicar uma única palavra de ordem: *ser livre e fazer tudo de novo, agora entre todos, e sem tiranos*. Como haverão de reconhecer isto os inimigos, se um dia conseguirem chegar às ruas das cidades do país? Eis o poder que vi, de uma Revolução que insiste em haver vencido e continuar ativa, sem ódios. Não sei se houve outra na história, mas desta eu quero ser testemunha.

DA SEPARAÇÃO

Zwinglio M. Dias

No dia 10 de julho de 1983, na cidade de Vitória, ES, organizou-se a nível nacional a Igreja Presbiteriana Unida do Brasil. Esta nova estrutura eclesiástica do ramo presbiteriano é constituída por quarenta e cinco comunidades espalhadas em seis Estados da Federação que, nos últimos 18 anos foram se desligando (ou sendo desligadas) da Igreja Presbiteriana do Brasil, em função da luta ideológica que se trava no interior da estrutura-matriz do Presbiterianismo brasileiro.

Contando com cerca de 10.000 membros a I.P.U. se propõe a ser uma igreja aberta, fraterna, ecumênica e engajada na causa do povo brasileiro por exigência do Evangelho. Publicamos neste número o texto do Rev. Zwinglio M. Dias, pastor de uma das comunidades da I.P.U. no Rio de Janeiro, pronunciado naquela ocasião e que serviu de ponto de partida para a discussão acerca dos propósitos da nova igreja.

“A Escritura ao narrar os acontecimentos de Israel ensina que Deus, embora nunca tenha abandonado suas Igrejas, às vezes destrói a ordem política (nela) estabelecida.”

“Por conseguinte, não creiamos que ele esteja tão vinculado às pessoas de modo que a Igreja nunca seja derrotada, isto é, que as pessoas que a presidem não possam afastar-se da verdade.”

“Abusaram tiranicamente de sua potestade e depravaram o modo de governar a Igreja instituída por Deus.”

“O que sucede sob o papado mostra que no reino de Cristo se cumpre o que aconteceu sob a lei, a saber, que às vezes a Igreja se cobre de misérias e permanece oculta sem esplendor nem forma.”

“Entretanto, ali ainda está a Igreja, isto é, Deus tem ali sua Igreja, embora oculta, e a conserva milagrosamente. Mas disso não se deve deduzir que sejam dignos de alguma honra; pelo contrário, são mais detestáveis porque, devendo gerar filhos e filhas para Deus, os geram para o diabo e os ídolos.”

João Calvino

INTRODUÇÃO

Estamos reunidos esta semana para dar um passo histórico na vida do presbiterianismo brasileiro: constituir uma Igreja presbiteriana aberta, pluralista, livre e, ao mesmo tempo, fiel à sua herança histórica e sensível à realidade do povo brasileiro a quem somos enviados como testemunhas e instrumentos do Evangelho de Cristo.

Este momento em nossa história, entretanto, deve ser visto por nós como uma oportunidade de reflexão sobre nós mesmos, sobre o que temos sido até aqui, sobre o que somos atualmente e, também, de preparação e planejamento para aquilo que pretendemos ser no seio do Protestantismo brasileiro.

Para a maioria das igrejas e pastores aqui representados, senão para todos, esta ocasião nos depara um misto de alegria e decepção. Alegria, porque finalmente chegou a hora de organizar uma Igreja Presbiteriana capaz de colher os melhores frutos do Presbiterianismo brasileiro do passado e do presente, e, com eles, contribuir para o grande diálogo intereclesial, que a luta de nosso povo exige. Decepção, porque fazemos isto depois de um longo período de diáspora e sob a pressão da necessidade de criação de mais um organismo eclesial, que, ao menos aparentemente, significa outra divisão dos cristãos evangélicos. Ainda que aceitemos a legitimidade eclesial dos inumeráveis corpos eclesialísticos em que nos dividimos, não deixamos de sofrer as dores de mais uma divisão entre aqueles que são herdeiros de uma mesma tradição, de uma mesma forma de ser Igreja, e que têm lutado pela unidade dos cristãos e pago alto preço por isso.

A consolidação da Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas, cujas atividades desde sua formação até agora significaram um avanço importante no esforço para trazer a contribuição do Presbiterianismo à luta comum de várias igrejas brasileiras, se dá no sentido de um testemunho de unidade no trato dos gravíssimos problemas que afetam nosso povo.

A adesão de novas igrejas vindas da Igreja Presbiteriana do Brasil (I.P.B.) e a proposta de adoção do nome Igreja Presbiteriana Unida (I.P.U.) representam uma nova etapa no processo de renovação ou reforma e atualização da tradição reformada entre nós e devem ser vistas como uma

À UNIDADE IM

O NECESSÁRIA

oportunidade para o avanço e aprofundamento do significado da missão das Igrejas em nosso contexto.

Neste sentido, gostaria de refletir um pouco sobre nossa história passada, tentando tirar algumas conclusões que, mesmo sendo provisórias e mal alinhavadas em meio à caminhada em que nos encontramos, sinto que poderiam ser úteis para nossa reflexão e ação daqui para a frente.

Não sou historiador da Igreja nem especialista sobre calvinismo. Apesar disso gostaria de tomar alguns elementos do pouco da experiência calvinista que conheço que me parecem importantes nesta hora em que somos desafiados a encetar uma reconstrução eclesiológica a partir de nossas raízes mais profundas, de modo a atualizar e tornar efetiva nossa presença e contribuição no diálogo ecumênico que a atual situação social, política, econômica e religiosa de nosso povo está a exigir.

Gostaria de refletir, em primeiro lugar, sobre o que chamei de "separação necessária" que nos foi imposta e que, talvez, muitos de nós inconscientemente provocamos. Será que estamos separados da IPB hoje apenas por culpas do "outro lado"? Não haveria também motivos do "nosso lado"? Num segundo momento é minha intenção tentar pensar em termos de uma reconstrução eclesiológica, ou seja, que Igreja queremos constituir? De que forma nossa herança calvinista nos ajuda? Podemos afirmar que o Presbiterianismo brasileiro foi até aqui, de fato, realmente calvinista? Não teria o filtro da experiência norte-americana, pela refração imposta por circunstâncias históricas totalmente outras, desviado e desvirtuado seriamente a proposta eclesial calvinista? É possível um presbiterianismo brasileiro? Finalmente, gostaria de refletir sobre a proposta eclesial que temos assumido até aqui. De que se trata realmente quando falamos de igreja local autônoma e Igreja nacional? Qual é o conceito de "ekklesia" que estamos articulando? Não estaremos sendo desafiados a pensar a partir de agora num ecumenismo *ad intra*, isto é, entre nós, intereclesial, que poderia ser (ou já é para muitos) a base de um ecumenismo *ad extra* que abarcaria não somente as outras Igrejas como a totalidade da "oikoumene", isto é, "todo o mundo habitado", portanto, as realidades humanas tais quais se apresentam na concretude das realidades localizadas que nossas comunidades enfrentam?

Entendam minha fala aqui como um pensar em voz alta. Não tenho nenhuma pretensão de dar aula ou lições a

ninguém. Apenas sinto-me compelido a compartilhar alguns pensamentos, algumas intuições acerca deste momento eclesiástico, que me parecem (desculpem a pretensão) significativos para esta nova etapa histórica que começamos a trilhar.

SENTIDO E RAZÕES DA SEPARAÇÃO ATUAL

O Presbiterianismo já sofreu umas cinco ou seis cisões no curso de sua história no Brasil. Foram muitas e variadas as razões que levaram à formação de novas Igrejas a partir do tronco inicial, constituído pelo trabalho dos missionários americanos na segunda metade do século passado.

No nosso caso, é interessante observar que o processo que levou à constituição da Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas (FENIP) e agora da IPU apresenta características muito peculiares, pois saímos para a formação de uma nova institucionalidade eclesiástica sem que nos propuséssemos a isso. Basta observar o longo período necessário à constituição da Federação. As igrejas locais e os Presbitérios postos à margem pela IPB alimentaram sempre a esperança de uma mudança nos seus quadros dirigentes de vez que, na maioria dos casos, os motivos que levaram ao afastamento de pastores, igrejas e concílios eram de ordem estritamente político-administrativa e não envolveram nenhum debate teológico de profundidade que justificasse tal medida. É evidente que no pano de fundo de posições assumidas e que levaram o temor aos detentores do poder na IPB, havia fundadas razões bíblico-teológicas na maioria dos casos. Mas isto nunca foi seriamente aventado pelos executores da política repressiva do poder. É verdade que estes se proclamam guardiães da tradição, da verdade e da pureza doutrinária da Igreja. Mas, em nenhum momento, foram capazes de assumir isso e arriscar um debate real. Apenas usaram estas afirmações demagógica e oportunisticamente.

Exatamente por isso, quero crer, a razão da esperança de uma mudança no quadro político interno que sempre animou muitos corações e retardou a medida tomada com a formação da FENIP.

No cerne desse jogo político, que envolveu interesses discordantes e onde triunfaram os que detinham o poder, estavam, a meu ver, algumas razões de fundo que foram determinantes e que não sei se já foram de fato superadas

PRESCINDÍVEL

e/ou encaminhadas para uma nova proposta teológico-pastoral:

- a) a questão do papel da Igreja no interior da sociedade brasileira;
- b) a questão relativa à suficiência teológica da proposta eclesial do Presbiterianismo que vige entre nós. No que concerne à IPB, é evidente que enquanto instituição global, não conseguiu ultrapassar a proposta eclesial dos missionários e sentar raízes profundas na cultura nacional. E nas outras institucionalidades eclesiais presbiterianas o quadro será diferente?
- c) a incapacidade das estruturas eclesiásticas até aqui em vigor, de perceberem seus limites e reconhecerem a legitimidade eclesial do Catolicismo e, em muitos casos, das outras denominações evangélicas, fechando-se à prática ecumênica real.

Ou seja, três razões de ordem pastoral ou missiológica, teológica e eclesiológica, que me parecem fundamentais para o futuro da Igreja que nos propomos ser.

A fragilidade estrutural da IPB, revelada em sua insegurança teológica, seu aprisionamento aos valores e aspirações da classe média e sua atitude guerreira em relação ao catolicismo e, em menor grau, a algumas demonstrações evangélicas, levou-a a um fechamento diante da sociedade, numa atitude de autoproteção que eliminou as possibilidades de discussão interna. Daí os expurgos, as atitudes repressivas contra qualquer atitude desviante do rumo traçado pela proposta mal aprendida dos missionários. O exercício do poder justificado pela defesa da estrutura só podia levar ao que levou e vocês sabem o que então aconteceu e continua acontecendo.

Por outro lado, permitam-me dizer, nem sempre os conflitos gerados por posicionamentos teológicos, práticas eclesiais, propostas políticas, gestos ecumênicos o foram por motivos verdadeiramente objetivos. Mas não pensem que, ao dizer isto, estou tentando defender as atitudes inquisitoriais assumidas pelos concílios e grupos ligados ao exercício discricionário do poder na IPB. Longe de mim isto. O que desejo frisar com esta afirmação é que algumas atitudes e gestos que muitos de nós assumimos — com a melhor das intenções, no sentido de renovar a Igreja e criar condições para sua efetiva encarnação em nossa sofrida realidade — foram assumidos de forma pedagogicamente desastrosa, sem levar em consideração a fragilidade da formação de muitos pastores e membros da Igreja e que mais acirraram as divergências e fortaleceram as posições dos detentores do poder, em lugar de abrir espaços para realmente arejar o ambiente eclesiástico. Digo isto porque estamos crescendo enquanto instituição e devemos aprender com os erros do passado. Devemos reconhecer que muitas vezes nos faltou uma pedagogia de comunicação e uma análise lúcida e serena acerca das reais possibilidades de avanço do conjunto da Igreja.

Entendo que nos faltou e ainda nos falta, como presbiterianos, uma visão teológica mais consistente da Igreja enquanto corpo de Cristo no mundo. Neste aspecto somos muito pouco calvinistas e mais devedores para com o salvação-individualista do puritanismo norte-americano do que à eclesiologia do reformador genebrino. Aliás, a

filtragem imposta ao desenvolvimento do presbiterianismo pelas peculiares condições da formação das idéias religiosas nos Estados Unidos sacrificou a visão corporativa da Igreja enquanto comunidade em favor do individualismo puritano, o que fez com que nossa eclesiologia sempre fosse fraca e alimentássemos uma visão de Cristo independentemente da Igreja enquanto “comunio sanctorum”.

PARA UMA RECONSTRUÇÃO ECLESIOLOGICA

A tradição calvinista nem sempre foi fiel ao pensamento do Reformador. E isto por várias razões. Uma delas, e é a que nos interessa mencionar aqui, foi o fato do Calvinismo ter-se modificado em sua prática histórica, tanto enquanto religião oficial da cidade de Genebra, como posteriormente ao ser adaptado às condições sociais e culturais de outros povos. É verdade que os elementos centrais de seu pensamento se consubstanciaram em constituições e corpos doutrinais, mas na verdade nem sempre foram vida na experiência concreta das Igrejas.

Na questão da Igreja isso foi muito significativo. Haja vista que o tipo de pregação e o sentido de evangelização que predominou e predomina nas igrejas presbiterianas quase nada têm a ver com a originalidade calviniana.

A ênfase salvacionista que embriaga nossas igrejas é estranha à melhor tradição do Reformador. Na sua perspectiva a vida comunitária era essencial para a manifestação e realização dos dons de Cristo. A salvação, embora pessoal, se dá através da participação no corpo de Cristo, de sorte que a Igreja se constitui num instrumento salvífico fundamental. A palavra de ordem do cristianismo medieval — fora da igreja não há salvação —, através de outra fundamentação bíblico-teológica, estava perfeitamente enquadrada na eclesiologia calvinista. Sua preocupação em restabelecer as ordens ministeriais no interior da comunidade local, que no jargão presbiteriano atual se constituem na tríade Pastor-Presbítero-Diácono, revelava um esforço de recuperação de uma prática da Igreja primitiva. Com isso Calvino buscava a recriação de uma vida comunitária onde os fiéis pudessem de fato se incorporar, pela prática eclesial, ao corpo de Cristo, manifestando-se ao mundo como um sinal efetivo do Reino, através do compartilhar mútuo de todos os dons e carismas que iam desenvolvendo na prática permanente da experiência comunitária.

Para o reformador genebrino a união a Cristo implica necessariamente na co-vivência de todos os membros. É isto que os *constitui em e manifesta a Igreja*. Por isso afirma a dimensão comunitária da salvação quando escreve que o homem é justificado e santificado mediante a incorporação a Cristo. Diz ele: “Unir-se a Cristo pela fé significa converter-se em membro de seu corpo, de sua comunidade”. “Todos os bens que possuímos procedem da salvação que ele comunicou ao corpo inteiro de sua Igreja”. “De fato, Cristo não adquiriu a salvação para este ou para aquele em particular, mas para seu povo; nós a recebemos quando passamos a fazer parte desse povo, mediante a fé”.

Para Calvino, a palavra salvífica é eclesial: foi depositada na Igreja e se nos anuncia mediante o ministério; é simultaneamente promessa e vocação: oferece a salvação e con-

voca a Igreja. Também a fé é eclesial, aquela com a qual aceitamos a Cristo na palavra.

“Se não estamos unidos na mesma fé e não somos membros da Igreja, não podemos ser agradáveis a Deus, nem obter a reconciliação gratuita. No Credo confessamos nossa fé na Igreja e no perdão dos pecados, porque fora do corpo de Cristo e da ‘companhia dos fiéis’, não há reconciliação com Deus. Quando confessamos a Santa Igreja proclamamos sua existência; acrescentando a ‘comunhão dos santos’ precisamos como é a Igreja na qual cremos. Testificar sua natureza é tão importante como crer na sua existência”. O artigo sobre a Comunhão dos santos, segundo Calvino, foi introduzido no Credo para expressar com mais clareza a unidade que existe entre os membros da Igreja e para indicar que os dons que Deus lhes concede redundam para o bem comum de todos. A comunhão desses bens não exclui a propriedade privada nem a diversidade de dons afirmada por Paulo (1 Co 12 e Rm. 12.3-8). Ela significa, na verdade, que os fiéis comunicam entre si os bens do CORPO e os bens do ESPÍRITO de forma benigna e amorosa, em justa medida e de acordo com as exigências circunstanciais.

Isto supõe uma perspectiva de unidade da comunidade. Calvino impressionou-se muito com a imagem do corpo usada por Paulo para descrever as relações prevalentes na Igreja. Pluralidade de funções e ordenação ao bem comum são duas características da Igreja que assim se torna o “corpo místico de Cristo”. A união de cada crente com Cristo constitui a raiz última da unidade corporal da Igreja e da união comunitária entre os membros. Diz ele: “Os santos são agregados à companhia de Cristo para que comuniquem entre si os benefícios que Deus lhes outorga.” A relação e a troca dos bens é consequência do vínculo com que Cristo une consigo os fiéis. Ele constitui a Igreja mediante a virtude do Espírito; quando outorga seus dons a um crente, enriquece de fato os demais. Não pode conferir seus dons a um sem que os outros todos não participem dos mesmos. Mas essa comunhão é também tarefa dos membros. Calvino não concebe a união eclesial como resultado de uma decisão dos eleitos em se unirem para desenvolver uma tarefa específica a fim de instaurar o Reino; antes, ele afirma que Cristo mesmo — dada a incapacidade dos homens — cria entre os crentes uma unidade mística que se concretiza como unidade orgânica na comunidade visível. Como consequência de tal união, aqueles que estão unidos organicamente colaboram com seus dons respectivos para o bem de todo o corpo. Assim, o caráter de membro do corpo não é consequência de sua decisão de colaborar, mas ao contrário, porque somos membros de Cristo estamos obrigados a ter ante os olhos essa comunhão que temos em Cristo.

Assim, a tarefa de construção do Reino é uma tarefa comunitária. Extrapolando para nossos dias, diria que é uma tarefa ecumênica, que envolve tudo e todos que de uma forma ou de outra estejam ligados à proposta da construção do Reino. Uma tarefa unitária. Calvino se mostra profundamente impressionado pela idéia de que o cristão, como consequência de sua união com Cristo, não pode levar uma existência puramente individual, nem ser um franco-atirador, pois para ele a tarefa de construção do Reino é essencialmente uma tarefa comunitária. O crente tem que

edificar os demais com os dons que lhe são concedidos por Deus, pois é para isso que Deus lhes outorga! Por serem membros coordenados por uma mesma cabeça, estamos obrigados a compartilhar nossos dons fraternalmente. Devemos usar nossos bens em proveito do próximo; por sua vez, os dons do próximo resultarão benéficos para nós. Diz ele, entre outras coisas: “Todas as possibilidades de que dispõe o homem piedoso serão possibilidades *para seus irmãos*, e ele não deve procurar nenhum proveito particular, senão que todo seu esforço seja no sentido de orientar seu trabalho e sua vida para a edificação comum da Igreja”.

Na caminhada iniciada em 1978 para a edificação de uma Igreja Presbiteriana entre nós que seja fiel às suas origens e, ao mesmo tempo, represente as aspirações, os desejos, as necessidades e os sonhos de nosso povo implica, a meu ver, numa dupla tarefa: reexaminar com honestidade nossa herança em práticas, idéias e valores e, por outro lado, articular tudo isso à luz da realidade histórica nacional que que somos necessariamente parte.

A realização desta tarefa precisa ser, no entanto, um esforço comum de todos nós. Temos de começar a pensar em nossa identidade teológica, eclesial e pastoral ou missionária à luz das diferentes conjunturas nacionais que temos de enfrentar juntamente com todo o nosso povo.

Para poder executar isso necessitamos ainda relativizar nossa importância enquanto instituição. Se pretendemos ser ecumênicos assumindo de fato o valor da comunhão intereclesial, a legitimidade eclesial de outros corpos eclesiais, devemos assumir a necessidade de uma real convergência eclesiológica entre nós em benefício do nosso povo. Ora, fazer isso implica num esforço de determinação do perfil de nossa identidade eclesial. Não basta autodeterminarmos que somos calvinistas, presbiterianos autênticos, abertos, progressistas, ecumênicos ou coisa que o valha. Nossa prática eclesial, isto é, aquilo que fazemos enquanto comunidades locais, precisa responder de alguma forma a essa proposta teórica que nos temos dado. Se cremos no valor de nossa herança, se esta constitui parte da nossa contribuição ao diálogo intereclesial, precisamos conhecê-la com profundidade, precisamos ter a coragem de fazer correções em nosso curso histórico e a humildade para reconhecer seus limites e assumir valores de outras tradições igualmente válidas e tão significativas quanto a nossa.

Há muitos outros elementos do Calvinismo que precisamos reaprender e reabsorver em nossa prática eclesial. Destaco apenas este sobre um aspecto da eclesiologia, porque me parece fundamental. Como assumirmos essa herança mais profunda e mais substancial frente ao modelo eclesiológico que herdamos do trabalho missionário que é tão distinto da proposta original e que, ao mesmo tempo, modelam a maioria de nossas congregações? Que tipo de trabalho educativo de caráter formativo/informativo devemos desenvolver? De que modo poderemos daqui para a frente pensar em termos da produção/disseminação de nossa reflexão teológica?

Como ser ecumênico entre nós mesmos? Qual o elemento positivo que nos une como presbiterianos? Creio que não bastam as afirmações de caráter histórico-gerais; é preciso

algo mais sólido e mais concreto que brote de nossa real prática eclesial. De que maneira, por que caminhos, poderemos dar expressão a isto?

DA FEDERAÇÃO À IGREJA

Estas questões me levam a pensar no passo que pretendemos dar agora. Espero como todos vocês que a mudança do nome de Federação de Igrejas Presbiterianas para o de Igreja Presbiteriana Unida seja algo mais do que apenas uma troca da razão social da entidade jurídica formulada em 1978. Esta mudança implica um projeto pretensioso para ser realizado a longo prazo. Queremos ser o Presbiterianismo que a Igreja Presbiteriana do Brasil não conseguiu ser, porque perdeu o rumo dentro da história eclesial do País. E isto implica muitas outras questões que não podem ser respondidas agora, mas que o serão na medida em que, durante nossa caminhada futura, forem sendo assumidas à partir das práticas concretas de nossas comunidades e regiões eclesiais.

Creio que algumas medidas precisam ser encaradas por nós como urgentes, para que possamos começar a encaminhar estes e futuros problemas que nos assaltarão.

Em primeiro lugar, penso no que estou chamando meio desrespeitosamente de ecumenismo *ad intra*, isto é, na realização de uma verdadeira comunhão entre nós, apesar de nossas diferenças, ou mesmo por causa das mesmas. Trocas de experiências pastorais (não apenas dos pastores) mas especialmente de nossas experiências comunitárias. Mas ecumenismo não é apenas uma realidade restrita à ekklesia, antes tem a ver com nossa postura frente ao mundo, frente à sociedade que nos rodeia, que nos forma e que nós ajudamos também a formar. Qual será a nossa linha de ação daqui para a frente? Teremos objetivos comuns, respeitadas nossas diversidades? Qual a nossa opção preferencial frente à luta global do povo brasileiro? Penso que nossa participação em organismos ecumênicos, nosso relacionamento com outras Igrejas não pode ficar ao critério das preferências pessoais de um pastor ou de uma comunidade. A identidade da Igreja Nacional tem que ter um perfil definido que nos marque, que nos especifique. Como estabelecer isto? Assim, esta postura *ad extra* depende de nossas decisões internas, de nossos acordos que não podem ser apenas silenciados, mas que devem ser especificados, detalhados, comunicados e formulados no embate diário a partir de nossas experiências já vividas e por viver. Enfim, como construir nossa unidade e mantê-la?

Um segundo elemento tem que ver com nossa identidade litúrgica, nossa proposta educativa, nossa ressonância na sociedade enquanto Igreja. Como caminhar para alcançar critérios consensuais a esse respeito?

Vamos falar a partir desta Assembléia de nossa Igreja nacional. Isto é muito diferente do que falar de uma Federação. A primeira expressão é mais abrangente e totalizadora. O que ela deve revelar?

Como avançar? Como proceder à reforma para sermos fiéis à palavra de ordem calvinista "ecclesia reformata et semper reformanda"?

documento

As Igrejas se preocupam com a situação de fome no mundo

Declaração do CMI

1. O escândalo da fome exige que as Igrejas prestem uma atenção imediata a este problema. Segundo as estimativas, pelo menos 400 milhões de pessoas no mundo não comem em quantidade suficiente. Muitas delas morrem por falta de alimento e muitas outras sofrem enfermidades e incapacidades por causa de uma alimentação insuficiente ou desequilibrada. Com frequência, as crianças são as vítimas da má nutrição e se vêem privadas da possibilidade de alcançar a plenitude de vida.

2. O Conselho Mundial de Igrejas vem respondendo, há anos, a pedidos de ajuda urgente em casos de seca e de fome. Na sua Quinta Assembléia, realizada em Nairóbi, em 1975, o CMI chamou a atenção das Igrejas para as crises de fome e desnutrição maciça e os problemas relacionados com as políticas de produção e distribuição de alimentos. A Assembléia pediu que se desse resposta tanto "aos problemas atuais da fome, como às difíceis soluções a longo prazo". Na sua reunião de 1980, o Comitê Central do CMI tornou a apontar às Igrejas e à opinião pública o escândalo da fome, ressaltando a sua convicção de que o acesso a uma nutrição adequada é um direito humano fundamental.

3. Nos últimos anos, tem-se registrado um aumento considerável da produção mundial de alimentos mas, em muitos países, a fome e a má nutrição alcançaram um ponto crítico devido à impossibilidade dos pobres, tanto rurais como urbanos, de produzir ou comprar alimentos. Assim, pois, a atual desordem internacional em matéria de alimentos tem as suas raízes na gestão má dos recursos alimentícios. Dado o mau uso que hoje se faz dos recursos naturais, é também necessário que se preste atenção aos problemas que pode levantar o fornecimento de alimentos suficientes às gerações futuras.

4. Os atuais modelos de produção e distribuição de alimentos ocasionaram uma séria desordem nos mercados internacionais de produtos alimentícios. Muitos países do hemisfério sul produzem alimentos que, frequentemente, são insuficientes para que

suas populações tenham uma dieta equilibrada e, por conseguinte, se vêem obrigados a comprar no mercado mundial e a depender da ajuda alimentar externa. Grande parte da sua produção agrícola destina-se aos mercados das nações mais ricas e, por isso, depende deles. A infraestrutura agrícola, as pesquisas e o financiamento quase sempre se dirigem mais no sentido de melhorar a produção dos cultivos de exportação do que no de produzir alimentos para o consumo da população local. Ao mesmo tempo, os países industrializados estão tratando de reduzir os níveis de produção de suas terras para que os preços das colheitas continuem subindo.

5. Também se têm utilizado os alimentos como arma política em assuntos internacionais, para fazer negociações entre os países e dentro destes. Muitas vezes se têm negado alimentos a certas pessoas ou nações consideradas hostis ou carentes de importância estratégica. Queremos insistir no fato de que os alimentos não devem ser usados como arma política. A alimentação suficiente é um direito humano fundamental e incondicional de qualquer pessoa. Além disso, cada nação tem direito à autodeterminação e à autonomia, e em caso nenhum deve ser utilizado o fornecimento de alimentos para controlar ou limitar esse direito.

6. O desenvolvimento de técnicas de produção alimentícia que requerem o emprego de produtos químicos tem sido, em certos casos, um obstáculo para essa produção nos países em desenvolvimento, aos quais foram entregues produtos químicos proibidos por não serem adequados ao uso nos países industrializados e desenvolvidos. É imprescindível pôr fim à distribuição de produtos químicos perigosos e ministrar um ensinamento às comunidades agrícolas sobre a utilização correta dessas substâncias.

7. As causas da desordem alimentar residem, também, nos próprios países. Em muitos deles, tanto industrializados como em desenvolvimento, grande parte das terras produtivas são controladas por grandes latifundiários e por empresas multinacionais que as exploram e não permitem que os agricultores, os camponeses e os trabalhadores rurais, que não possuem terras, participem na tomada de decisões que poderiam beneficiá-los. Em consequência, freqüentemente os pequenos agricultores vêm-se obrigados a deixar suas terras à força, ficando reduzidos à miséria. Além disso, quase não há sistemas eficientes de transporte e comercialização da produção alimentícia destinada ao consumo local. Existe, em muitos países, uma necessidade urgente, tanto de fazer uma reforma agrária como de orientar a pesquisa, a extensão, a infraestrutura e a comercialização agrícolas para deter e fazer retroceder o incremento da desnutrição entre os habitantes rurais e urbanos.

8. Relacionadas aos problemas que geram as políticas de produção e distribuição de alimentos, encontram-se as consequências dessas mesmas políticas para os recursos naturais da terra. As catástrofes naturais têm sido agravadas pela má gestão dos recursos. Entre os problemas que hoje em dia obstam a produção alimentícia e são motivo de grande preocupação para o futuro, estão não só a erosão do solo, o desmatamento, as secas, os ineficazes represamentos da água e sistemas de irrigação, como também a utilização insuficiente da terra e dos recursos humanos, via de regra como consequência das guerras e das situações críticas dos refugiados. Por acréscimo, a designação desigual de terras e a reinstalação inadequada de refugiados se traduzem, quase sempre, na superexploração da terra, o que reduz, a longo prazo, a sua capacidade.

9. A Sexta Assembléia do CMI, reunida no ano passado em Vancouver (Canadá), tem por tema "Jesus Cristo, Vida do Mundo". Cremos que esse tema nos pede uma resposta urgente à desordem alimentar internacional.

10. A realidade da fome nos recorda os numerosos relatos bíblicos com que se relacionam a resposta que damos a Cristo e a resposta que damos aos que passam fome no mundo. Quando lhes damos de comer, procedemos da mesma maneira que Cristo, e quando não lhes damos, fazemos o mesmo para com ele (Mt 25.35,42). Pelo milagre da alimentação dos cinco mil, Jesus mostrou a seus discípulos que, por sua vontade, poderia haver mais que o suficiente para alimentar os famintos (João 6.1-14), e disse, nesse contexto: "Eu sou o pão da vida" (João 6.35). Durante esta Assembléia temos celebrado o dom da vida em sua plenitude, a vida eucarística para a qual Jesus chama a sua Igreja. O texto ecumênico sobre "Batismo, Eucaristia e Ministério" nos recorda que "A celebração eucarística pressupõe a reconciliação e a participação com todos, olhados como irmãos e irmãs de uma só família de Deus; vem a ser um repto constante na busca de relações normais no seio da vida social, econômica e política" (Eucaristia, D.20).

11. Cremos que o alimento é um dom de Deus que, mediante o trabalho humano, serve para o sustento da vida. O mandamento de celebrar o ano jubilar, que figura no capítulo 25 do Levítico, nos recorda que os recursos do mundo, que servem para a manutenção da vida, por serem dons de Deus serão distribuídos equitativamente e regularmente redistribuídos, a fim de que todos possam ter o necessário.

12. Temos que confessar o nosso fracasso. O fato de haver tantas pessoas passando fome demonstra que não temos sido administradores fiéis e responsáveis da criação de Deus.

13. Exortamos as Igrejas membros, com o objetivo de reparar os danos da desordem alimentar internacional, a tomarem as seguintes medidas:

- fortalecer as estruturas econômicas para fazer frente às necessidades alimentares de urgência e a curto prazo;
- dar apoio ecumênico às soluções a longo prazo para o problema da fome, soluções que advenham de políticas adequadas, tais como: maior acesso dos pobres rurais e urbanos à terra e ao trabalho, conservação e renovação dos recursos naturais, maior autonomia na produção de alimentos básicos, e estruturas mais justas no comércio internacional de produtos agrícolas;
- prosseguir com os programas educativos sobre as causas da fome e a desordem alimentar internacional;
- supervisionar as políticas dos governos, dos órgãos internacionais e das empresas multinacionais no que diz respeito à produção e distribuição de alimentos, e à reforma agrária;
- elaborar programas para defender e apoiar a participação dos pobres na produção de alimentos e na distribuição de recursos alimentícios;
- reconhecer e incrementar os programas de ajuda internacional para pesquisa agrícola que promovam a produção de alimentos para consumo dos próprios países produtores;
- participar de um intercâmbio mais generoso e efetivo dos recursos referentes à provisão de alimentos e à capacidade de produzi-los, tanto dentro das congregações e comunidades como no plano nacional e internacional;
- apoiar os esforços em prol da paz, da justiça e dos direitos humanos, os quais resistirão às forças que desviam para outros fins os recursos que devem ser destinados à produção e à justa distribuição de alimentos;
- tomar as rédeas na preparação do futuro e colaborar com os meios científicos para certificar-se de que em todo progresso tecnológico se levem em conta as causas da desordem alimentar internacional;
- defender as comunidades e os movimentos de agricultores e de trabalhadores rurais que não possuem terra;
- denunciar as atuais políticas impostas pelo Fundo Monetário Internacional às nações endividadas, cujo resultado é a redução dos alimentos ao alcance dos pobres com o conseqüente aumento da má nutrição, enfermidades relacionadas com a fome e mortalidade infantil;
- examinar os investimentos de fundos das Igrejas e a utilização de suas terras, tomando medidas a esse respeito para que sirvam de ajuda à realização de um desenvolvimento agrícola e rural com plena participação popular;
- apoiar as Igrejas e os movimentos que se esforçam por atenuar os efeitos e as causas da fome em diversos países e comunidades do mundo todo.

Dai-lhes vós de comer

Mateus 14.13-21

Carlos Cunha

1. Alguns “piedosos” acham este milagre da multiplicação de pães e de peixes “um barato”. Jesus, o quebra-galhos perfeito. A magia da “mágica” de Jesus encanta os olhos. Entretanto, é bom repetir que se trata de coisas bem concretas. Por isso, muitos milagreiros não se arriscam a repetir esta façanha em suas tendas e templos. Pães e peixes não são imateriais ou psíquicos, é bom não se aventurar. Este, porém, é um milagre cada vez mais necessário hoje.

2. Os liberais, por seu turno, preferiam que o Evangelho não tivesse esta página. Uma fé que arraste montanhas e multiplique pães não é muito “razoável”, foge aos esquemas teórico-filosóficos de seus pressupostos bíblicos. De nada, nada se faz, argumentam. Se eram cinco pães e dois peixes, qualquer coisa que se conte acima desses algarismos pertence à categoria do “nada”. É melhor assumir hipóteses como: pães muito grandes, peixões; ou: o número era pessimista, na realidade havia muito mais pães e peixes; ou: foi um exagero triunfalista dos autores.

3. Uns e outros “puxam a brasa para a sua sardinha (ou seu peixe)” defendendo os primeiros a idéia teológica do milagre como simples expressão de um poder fantástico; os outros dão ao milagre restrições de análise e o esvaziam, pondo-o nos limites estreitos do possível, do viável, do plausível.

4. Ora, os milagres, mesmo os de Jesus, têm dois elementos básicos: a matéria em que são feitos, já que, nos relatos bíblicos não se trata de abstrações; e o elemento fé contido no que o mesmo Jesus declara: “... aquele que crê em mim, fará também as obras que eu faço, e outras maiores fará...” (João 14.12). Seria absurdo que Jesus propusesse a seus discípulos algo que exigisse deles poderes mágicos.

5. Voltando à estória e às estórias de milagres na Bíblia (não apenas os de Jesus) é bom observar que os *atos miraculosos* podem propiciar um desvio dos elementos fundamentais que se perdem na narrativa quando a leitura do texto é puramente fantasiosa. Especialmente, neste milagre da multiplicação dos pães, dois elementos de extrema importância: O primeiro é a resposta de Jesus à constatação óbvia de haver muita gente, estarem famintos e ser longe o vilarejo: “Dai-lhes vós de comer”. O segundo é o fato de Jesus mandar que os discípulos distribuíam os alimentos.

6. Dessarte pode-se compor a cena do milagre com pessoas: pessoas que precisam comer, pessoas que podem e devem providenciar comida e pessoas que se disponham à tarefa braçal de distribuí-la. O que há de interessante está precisamente nisso. Isso é que é relevante: a proposta e a necessidade de “res-posta”.

7. O encontro de Jesus com as formas materializadas do pecado está aqui flagrante como em tantas outras oportunidades. Uma vez são demônios, outras são as diversas formas de miséria, ainda outras os fariseus hipócritas. Neste momento o pecado aparece disfarçado sob a forma de um “cuidado” (discípulos “preocupados” com a multidão): “O lugar é deserto e a hora já está avançada. Despede as multidões para que vão à aldeia comprar alimento *para si*” (o destaque é meu).

8. “Para si”. O individualismo aí está inserido no pré-consciente e aflora como solução fácil. Podiam ter dito: “Mestre, vamos todos à aldeia procurar alimento”. Não. Acostumados com o “amigão”, o quebra-galhos, nem sequer duvidaram que, para eles — os eleitos — poderia haver pão. Já escrevi, noutro estudo, que se concebia Jesus como capaz de arranjar pão sem o trabalho de plantar trigo, colhê-lo, amassá-lo, cozinhá-lo. Esta

discriminação subjacente na atitude dos discípulos aborrece o Mestre. Querem desligar-se do problema passando-o a outros. Mas Jesus os agarra pelo braço e os mergulha na missão: “Não é preciso que vão embora. Dai-lhes vós mesmos de comer.”

9. E o milagre começa aqui quando alguém tenta pôr na cabeça de outros a idéia da possibilidade recusada pela preguiça de uns covardes. Este é trabalho para homens-homens: tentar convencer que se “não há impossíveis para Deus” (Lucas 1.37), então não há também para nós. Todas as vezes que um alpinista diz “eu vou escalar aquele monte”, mesmo que não o consiga de fato, ele já o escalou. E não há nisto nada como “o poder do pensamento positivo” ou coisa semelhante inventada para consagrar “heróis” e “lascar” os fracos. Trata-se da aceitação de um desafio. Os desafiados, se não vencerem a “parada”, não fracassam, mesmo porque quando alguém morre por um desafio torna-o inarredável.

10. Agora vejamos didaticamente os elementos deste milagre:

- A multidão. Ela não estava ali à toa. Ela acreditou numa proposta.
 - A hora tardia, a distância e a necessidade de comer, bem terra-a-terra e, por isso, fundamental.
 - O desafio de alimentar a esse povo todo.
 - A proposta concreta de Jesus: “Dai-lhes de comer”.
- Em resumo, uma necessidade e a necessidade de se buscar uma solução quando aparentemente tudo é contrário.

11. Se Jesus aceita a proposta fajuta dos discípulos, o Evangelho, a Boa Notícia se torna “má-notícia”. O Evangelho só é Evangelho porque admite revirar as coisas frias, calculistas, cínicas dos homens. Isto tem a ver com vista aos cegos, libertação aos cativos, andar aos coxos, vida aos mor-

tos, esperança aos desesperados, riso aos que choram, justiça aos injustiçados e pão aos famintos. Não fosse assim e daríamos razão aos caminhanes para Emaús (Lucas 24): “Nós esperávamos... e já é este o terceiro dia... e nada. Voltemos à nossa vidinha de pescadores. É mais concreto. O mundo vai ser sempre assim.”

12. Vejamos agora o elemento mais interessante do milagre: “Só temos aqui cinco pães e dois peixes”. E Jesus: “Trazei-os aqui.”

13. Há no Antigo Testamento um instante muito bonito quando Iavé tenta convencer Moisés a aceitar o projeto da caminhada libertadora do povo. O Senhor pergunta: “O que é isso que tens na mão?” E Moisés surpreso: “Uma vara.” O Senhor manda que a jogue no chão e ela se transforma em cobra. Moisés se assusta e resiste ao apelo do Senhor para que a pegue pela cauda. Quando ele a pega torna-se novamente em vara. E Deus acrescenta: “...para que creiam que te apareceu o Senhor” (Êxodo 4.2-5). Ou seja, Deus quer dizer a Moisés e a nós que é preciso realizar milagres para o projeto de libertação que ele tem, e, para realizar milagres, basta usar aquilo que se tem. É a partir de nossas realidades que se pode fazer alguma coisa relevante.

14. Neste milagre de Jesus, se começa a partir de alguém que dispõe apenas de dois peixes e de cinco pães para colocá-los à disposição dos outros. Pode-se imaginar que outros também estivessem guardando as suas merendas nos seus cestos e decidiram pô-las à disposição. É possível imaginar que esse partilhar despertado pelo apelo de Jesus e pelo gesto de um jovem tenha trazido à tona as disponibilidades escondidas. Isto é bem provável uma vez que se fala de multiplicação de pães e peixes e não de cestos. No entanto, ao final, sobraram *dez cestos* de pães.

15. A fé não é um elemento abstrato que se fundamenta numa declaração. Fé se expressa em ação. “A fé sem obras é morta” (Tiago 2.17 e contexto). Os dois elementos básicos do milagre estão aqui no fato de que alguém creu na possibilidade do seu pouco e o ofereceu. Quando Jesus disse: “Dai-lhes vós mesmos de comer”, suscitou *um discípulo* (e outros da multidão?), apesar da visão vesga dos discípulos de fato (“Deixa-os irem à aldeia buscar alimento para si”). Discípulo foi aquele que imediatamente abriu mão do que possuía, rico-pobre.

16. O mesmo Jesus certa vez deu a dica para fazer milagres desse tipo: “Aquele que acha a sua vida, vai perdê-la, mas quem perde a sua vida por causa de mim, vai achá-la” (Mateus 10.39). O Evangelho é toda uma história de vidas a se perderem para se acharem. São diversas e admiráveis as ilustrações dessa realidade, mas a mais bela é: “Se o grão de trigo, caindo na terra não morrer, fica ele só; mas se morrer, produz muito fruto” (João 12.24). E as ilustrações da história?...

17. Este milagre é, particularmente, um milagre da caminhada, milagre de animar processo. A fome em suas diversas facetas aí está a exigir milagres, onde a maravilha reside no fato de contra o “não temos alimento”, alguém gritar: “temos sim, aqui estão cinco pães e dois peixes”.

18. Resistência. Esta é uma palavra própria para definir o gesto do jovem desta estória. Resistência à covardia, ao nada ter, à falta de fé sem a qual não há maravilhas. Cinco pães e dois peixes eram pouco, mas bastaram. O grão de mostarda também é pequeno mas se transforma em árvore enorme.

Carlos Cunha é pastor presbiteriano, teólogo e músico e um dos redatores da revista Tempo e Presença

A SITUAÇÃO ATUAL DA BOLÍVIA

Alejandro Guachalla
Zoilo Yanapa

Estamos muito preocupados com a situação de desespero a qual atravessa o país no momento atual, devido aos efeitos dos governos de fato, principalmente desde o ano de 1971 com o governo militar de Bánzer, quando aumentou a dependência econômica através de empréstimos e investimentos estrangeiros que provocaram um aumento da dívida externa, fato que atualmente nem sequer nos dá capacidade de pagar os juros. Outro fator que influiu na agudização da crise econômica foi a falta de uma política administrativa dos recursos naturais como a mineração, os hidrocarbonetos e a produção agrícola que se vem deteriorando desde a década de 70 e que atualmente desemboca numa crise econômica de difícil solução.

Ao cabo de 18 anos de governos militares, a abertura democrática motivou uma grande expectativa do povo, especialmente dos setores populares. Logo que assumiu a presidência, em outubro do ano passado, o Dr. Hernán Siles Suazo, numa concentração de massas, quando prometeu ao povo a solução da aguda crise em cem dias, teve que enfrentar fortes revezes externos e contradições internas em seu próprio partido (UDP). Ao término do tempo previsto, as primeiras medidas tomadas pelo governo não respondiam à solução das necessidades populares, embora alguns decretos tivessem um caráter positivo como a eliminação do monopólio do transporte privado e a reversão de grandes extensões de terra para o Estado, adquiridas durante os últimos governos militares. Ao cumprir-se um ano de governo, o povo perde a confiança no atual governo democrático, e, como resultado disso, surgem manifestações, bloqueios, paralisações, greves em protesto por não haver soluções favoráveis. Entretanto, o setor reacionário como os partidos políticos de di-

Roger Yorke



O povo boliviano e os impasses do atual governo

reita, as empresas privadas, as forças armadas, o tráfico de narcóticos e os paramilitares têm logrado fortalecimento e com isso, o atual governo se encontra praticamente encurralado tanto pela reação interna e externa como pela pressão popular.

Diante desta situação conflitiva, o governo tem sido obrigado a estudar novas alternativas para solucionar a crise. As novas medidas lançadas a 7 de novembro, denominadas "Plano de Estabilização e Desenvolvimento" integram uma série de decretos dentre os quais os principais são: "Novo câmbio para moedas estrangeiras, estabelecendo-se o preço do dólar em quinhentos pesos bolivianos" com fortes restrições penais para o mercado paralelo, "Novos preços para os combustíveis", "Novas tarifas para o transporte", "Tarifas elétricas" e a "fixação de novos preços aos artigos de primeira necessidade". Estas primeiras medidas lançadas em maior proporção significa uma elevação de cerca de 150% no custo de vida, e se esperam, no transcurso destas semanas, outras medidas complementares sobre as quais se ignoram os efeitos e as reações do povo. No entanto, as medidas já lançadas têm provocado reações negativas dos diferentes setores sociais como os partidos de direita e esquerda, os empresários privados e

os setores populares através da greve decretada pela COB (Central Obrera Boliviana) por vinte e quatro horas, continuando com greves escalonadas em outros estados.

Consideramos que a situação do momento é muito delicada, já que o governo se defronta com fortes pressões dos diferentes setores da oposição como o Parlamento, os partidos políticos, empresas privadas, um setor do exército, pressões psicológicas com os atentados a bomba a centros e pessoas importantes (imprensa, Congresso, sedes sindicais, funcionários do governo, universidade), assassinato (dirigente universitário) e a ameaça de divisão nas organizações populares através dos dirigentes oficialistas. No fundo, além de criticar a incapacidade do governo para dar solução à crise econômica, estas pressões têm o objetivo de provocar a renúncia do governo de Hernán Siles Suazo para logo impor um novo governo que esteja ligado aos interesses da classe burguesa. Para tal fim, se estão realizando acordos que possibilitem uma nova situação, seja através de um golpe militar, seja através de novas eleições para 84, ou um golpe parlamentar. Este último é o que predomina atualmente.

Com base no que dissemos acima, podemos concluir que o atual governo democrático de Siles Suazo perdeu sua força. Entretanto, o setor reacionário se aproveita desta situação e se fortalece para concretizar uma nova situação política que poderia dar-se no transcurso dos próximos meses. Diante disso, a Central Obrera Boliviana (COB) se encontra entre a Cruz e a Espada, pelas pressões da reação e da classe popular, sem viabilizar uma definição e decisão concreta ante a situação política latente. De todo modo, uma grande responsabilidade recai diretamente sobre as decisões que tomam este grande organismo em favor da classe popular nestes momentos cruciais que vive a Bolívia.

Alejandro Guachalla é pastor metodista Aymara da Bolívia que desenvolve um intenso trabalho de formação de pastores e leigos, além de lideranças populares no Altiplano Boliviano. É responsável pelo projeto Centro Ecumênico de Promoção e Investigação de Teologia Andina (CEPITA), ligado à rede latino-americana da Comissão de Participação das Igrejas no Desenvolvimento (CPID).

Zoilo Yanapa é pastor metodista Aymara e faz parte do programa do CEPITA.